

 **SICOOBSP**


anos

**Relatório de Gestão
e Sustentabilidade**

RELATÓRIO
DE GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE
SICOOB SÃO PAULO
2025



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente.....	05
Mensagem da Diretoria Executiva.....	07
Pessoas e Sustentabilidade.....	08
Reconhecimentos.....	12
Treinamentos.....	13
Cidadania e Sustentabilidade.....	14
Ações da Central Sicoob SP com Instituto Sicoob.....	36
Negócios.....	48
Performance Corporativa.....	52
Comunicação e Marketing.....	56
Jurídico, Governança e Assessoria Técnica.....	60
Mensagem da Diretoria de Supervisão e Riscos.....	65
Controles Internos.....	66
Supervisão Auxiliar.....	70
Mensagem da Diretoria Administrativa Financeira.....	75

Contabilidade.....	76
Financeiro.....	80
Administrativo.....	84
Tecnologia da Informação.....	88
Grandes Números do Sicoob SP.....	93
Indicadores.....	94
Demonstrações Financeiras da Central Sicoob SP.....	98
Notas Explicativas às demonstrações financeiras.....	104
Relatório do Comitê de Auditoria.....	184
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	188
Sicoob SP Corretora de Seguros.....	194
Demonstrações Financeiras da Sicoob SP Corretora de Seguros.....	198
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações.....	220
Nossas Cooperativas filiadas.....	224
Expediente.....	228



"O ano de 2025 foi, acima de tudo, a continuidade consistente de um trabalho que vem sendo construído ao longo dos últimos anos na Central. Seguimos firmes no propósito de profissionalizar nossas equipes, aprimorar nossos processos e elevar continuamente o nível de qualidade na prestação de serviços às nossas Cooperativas singulares.

A eficiência deixou de ser apenas um objetivo e passou a ser um princípio estruturante da nossa atuação. Avançamos nas centralizações de serviços, tanto na quantidade, quanto no escopo em diferentes áreas da Central. Essa estratégia tem um propósito muito claro: reduzir custos, gerar escala e permitir que nossas singulares sejam cada vez mais competitivas, concentrando energia no seu negócio principal e na geração de valor aos cooperados.

Também intensificamos a busca por escalabilidade das atividades, reduzindo tarefas operacionais e direcionando esforços para aquilo que realmente agrega valor ao sistema. Esse movimento fortalece nossa sustentabilidade no longo prazo e amplia nossa capacidade de entrega.

Sabemos que estamos no caminho certo, e eu

gostaria de destacar alguns pontos principais que, na minha visão, reforçam essa convicção:

1. O aumento da confiança das nossas singulares, refletido na ampliação dos contratos de prestação de serviços e na decisão consciente de fortalecer essa parceria com a Central.
2. A manutenção de notas de avaliação altas e consistentes, demonstrando qualidade, regularidade e maturidade naquilo que entregamos.
3. A geração de resultados operacionais sólidos, com o cumprimento dos compromissos orçamentários pactuados antes mesmo do início da jornada de 2025, evidenciando disciplina e responsabilidade na gestão.
4. O reconhecimento externo da nossa solidez institucional, especialmente por meio da certificação da Fitch Ratings, que nos atribuiu as notas **AA- (bra)** no longo prazo e **F1+ (bra)** no curto prazo já na primeira avaliação, um marco que reforça a robustez da nossa governança e da nossa gestão.

Esses fatores, combinados, não apenas demonstram desempenho, mas validam a estratégia que estamos

construindo coletivamente para o fortalecimento do nosso sistema. Mas 2025 não foi apenas um ano de continuidade, foi também o início de um novo ciclo. Tivemos um processo eleitoral que marcou o começo de uma nova gestão, com maior participação das nossas singulares no Conselho. Esse movimento reforça a essência do cooperativismo: participação, construção coletiva e consolidação de ideias e ambições comuns. Administrar a diversidade de visões é, sem dúvida, um desafio adicional.

No entanto, acreditamos que é justamente por meio de uma atuação participativa, baseada na escuta ativa e no diálogo estruturado, que conseguimos ir mais longe e de forma mais fortalecida.

Encerramos 2025 com a convicção de que seguimos evoluindo, com bases sólidas, governança fortalecida e um sistema cada vez mais integrado. O que construímos até aqui nos dá segurança para os próximos passos e entusiasmo para os desafios que virão."

Marcelo Martins
Presidente da Central Sicoob SP.



Mensagem da Diretoria Executiva

7

*Em 2025, a Central Sicoob São Paulo consolidou um direcionamento que seguirá norteando os próximos ciclos: a busca contínua por eficiência operacional. Nosso compromisso foi entregar soluções que impactassem diretamente os resultados das filiadas, com racionalidade na alocação de recursos, ganho de escala e visão estratégica.

Esse direcionamento se traduziu na revisão de processos, na simplificação de rotinas e no fortalecimento da atuação integrada entre as áreas. A ampliação dos serviços centralizados ao longo do ano reflete esse movimento: mais padronização, mais segurança, melhor aproveitamento de recursos e maior valor para as Cooperativas.

Na Área de Pessoas e Sustentabilidade, fortalecemos cultura, engajamento e comunicação interna por meio de iniciativas estruturantes que consolidaram um ambiente de alta confiança e alinhamento. Os reconhecimentos conquistados, como a manutenção da certificação GPTW pelo quinto ano consecutivo e os resultados expressivos na FEEx/FIA, reforçam a consistência do nosso trabalho. Também avançamos na entrega de valor às singulares, qualificando serviços centralizados e estimulando boas práticas de gestão. Na frente

de Negócios, consolidamos uma atuação cada vez mais consultiva e estratégica, ampliando o apoio comercial e a oferta de soluções financeiras às Cooperativas. A presença ativa nos principais eventos do agronegócio e do Sistema, aliada à nova estrutura da área e ao planejamento colaborativo da CRV (Campanha Regional de Vendas) 2026, fortaleceu o posicionamento regional e impulsionou oportunidades concretas de crescimento.

Reforçando seu papel de parceiro estratégico, a Área de Jurídico e Governança, atuou de forma preventiva e orientada à sustentabilidade do negócio. Houve ganhos relevantes de eficiência, que resultou em maior agilidade e avanço na centralização consultiva, ampliando segurança jurídica, padronização e escala para as Cooperativas.

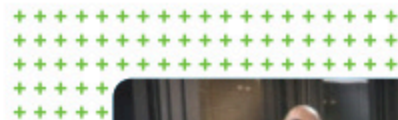
Já a área de Comunicação e Marketing consolidou seu reposicionamento como alavanca de resultados, aproximando-se ainda mais das Singulares e integrando estratégia, dados e performance comercial. A ampliação da centralização do marketing digital e a condução de iniciativas institucionais estratégicas elevaram o nível de profissionalização e consistência da comunicação regional.

Consolidando seu papel como parceira estratégica das Cooperativas, a Área de Performance Corporativa foi além do monitoramento de indicadores, apoiando a eficiência, a profissionalização e a visão de longo prazo. Atuou na mediação do planejamento estratégico de singulares, no desdobramento de metas anuais e na estruturação da governança de acompanhamento. O Fórum de Performance e a RAPSE Regional reforçaram o alinhamento ao Pacto Sistêmico e o planejamento regional. O PEx (Programa de Excelência) foi estruturado em 2025 e, para 2026, concentra os desafios e expectativas na sua implementação junto à linha de frente, fortalecendo a eficiência do sistema.

Os avanços de 2025 demonstram que estamos construindo uma Central cada vez mais estratégica, eficiente e conectada às reais necessidades das nossas filiadas. Seguimos firmes no propósito de fortalecer o cooperativismo de crédito com responsabilidade, visão de futuro e espírito colaborativo.*

Rodrigo Moraes
Diretor Executivo.

Pessoas e Sustentabilidade



A área de **Pessoas e Sustentabilidade** tem como propósito contribuir com a estratégia de negócio do Sistema Regional, apoiando as lideranças e as Cooperativas singulares em seus principais desafios, sempre zelando pelo propósito e pelos valores institucionais.

Em 2025, o atendimento às Cooperativas singulares foi orientado pela busca contínua de qualidade e eficiência operacional, sustentado pelos serviços prestados pelas três unidades da área: Desenvolvimento Humano e Organizacional, Administração de Pessoal e Cidadania e Sustentabilidade.

No ano de 2025, realizamos a **1ª edição do Prêmio Excelência em Gestão de Pessoas**, iniciativa criada para valorizar e fortalecer as boas práticas das Cooperativas singulares que contribuem para a construção de ambientes de trabalho excepcionais. A premiação também estimula a intercooperação, promovendo o compartilhamento de práticas eficazes e impulsionando o desenvolvimento coletivo.

O Prêmio foi idealizado para apoiar as Cooperativas em sua preparação rumo a níveis de

excelência capazes de torná-las competitivas em premiações nacionais de grande relevância. Alinhado ao Pacto Sistêmico de Estratégia, o projeto contribui para que as Cooperativas avancem nas zonas de qualidade, excelência e encantamento do e-NPS. Essa conexão estratégica reforça o compromisso com padrões elevados em gestão de pessoas, consolidando as Cooperativas como referências no setor. Nesta primeira edição, tivemos a participação de **7 Cooperativas** e **8 práticas premiadas**.



Com os colaboradores, direcionamos nosso foco à comunicação interna. Lançamos a **1ª edição do Conecta 1006**, evento pensado a partir do mote “elevando nossa comunicação com conexões que transformam”.

A diretoria apresentou as **principais entregas de 2024 e as metas e perspectivas para 2025**. Além disso, celebramos conquistas e reconhecemos colaboradores com o Prêmio Destaque Sicoob São Paulo que foi criado para fortalecer a cultura organizacional, promover um ambiente de trabalho positivo, estimular a motivação e reconhecer desempenhos individuais e coletivos. Ao todo, foram 8 projetos premiados.

Ainda como foco em elevar nossa comunicação interna, lançamos a plataforma **Central 360**,

implementada para centralizar informações em um só lugar, promover o engajamento e o compartilhamento de desafios com elementos de gamificação.

A iniciativa representou uma inovação importante para a Central, ampliando a eficiência na gestão da informação e fortalecendo a integração entre as equipes.

Considerando o compromisso permanente da Central com a **melhoria e a automação dos processos relacionados à prestação do serviço de folha de pagamento**, sempre alinhado às melhores práticas de gestão do mercado, a Central disponibilizou às Cooperativas singulares duas importantes melhorias: o acesso ao painel de custo de folha de pagamento e a implementação da assinatura digital integrada ao sistema de folha.



Além disso, a área manteve foco na pontualidade e na qualidade das entregas, o que resultou em média de 9,64 na avaliação da prestação de serviços realizada pelas Cooperativas. Por mais um ano, a Central conquistou o Selo de Feedback da Gupy, reforçando o compromisso em promover a melhor experiência no processo seletivo.

Reconhecimentos

Em 2025, a Central Sicoob SP reafirmou seu compromisso com um ambiente de trabalho saudável, inovador e colaborativo por meio de importantes iniciativas e reconhecimentos. Aplicamos novamente a pesquisa de clima **FEEEx - FIA Employee Experience**, alcançando uma média geral de **93 pontos** e registrando **92% de participação dos colaboradores**, o que demonstra alto engajamento e satisfação com nossas práticas internas.

Esse resultado foi acompanhado por conquistas expressivas. Fomos premiados pelo segundo ano consecutivo no ranking dos **"Lugares Mais Incríveis Para Trabalhar"**, ocupando uma posição extraordinária: **39º lugar entre as 150 empresas mais incríveis e 13º lugar na categoria de porte pequeno**, subindo 10 posições em relação ao ano anterior. Esse reconhecimento reforça nosso empenho em oferecer um ambiente inovador, acolhedor e voltado para o desenvolvimento das pessoas.

Além disso, a Central foi certificada pela **GPTW (Great Place to Work)** pelo **5º ano consecutivo**. Também conquistamos novamente a certificação na categoria **Mental Health**, que reconhece organizações que promovem um ambiente saudável, com iniciativas voltadas ao bem-estar emocional e psicológico dos colaboradores. Essas conquistas refletem nosso compromisso contínuo em construir uma cultura organizacional sólida, positiva e humanizada, essencial para nosso crescimento e sucesso.



Treinamentos

A Central tem forte atuação na **capacitação dos dirigentes e colaboradores**, por meio de bolsas de estudo, treinamentos livres, participação em eventos e ações disponibilizadas pela Universidade Corporativa. Além disso, apoiamos as singulares no processo de

capacitação dos seus dirigentes e colaboradores. Em 2025, realizamos a Oficina Pensar Educação, em parceria com a Universidade Sicoob e a participação das Cooperativas singulares, com o objetivo de construir o planejamento educacional regional.

Capacitações Sistêmicas (Universidade Corporativa)



139.873
Participações



4.640
Pessoas Capacitadas



Central + Singulares impactadas



155.937
Horas Treinadas

Capacitações promovidas pela Central



21
Ações Educacionais



1162
Participações



+3mil
Horas Treinadas



9,76
Nível de Satisfação



33h
de capacitação média por pessoa



91%
de adesão ao portfólio*

*Adesão ao portfólio indica o total de soluções que cada cooperativa utiliza.



613
Soluções Educacionais realizadas

Participação das 14 Cooperativas no Portfólio Universidade Soluções Online

Cidadania e Sustentabilidade

14

SOBRE O INSTITUTO SICOOB

Fundado em 2004, o Instituto Sicoob é uma instituição privada sem fins lucrativos que promove a cultura cooperativista e o desenvolvimento sustentável das comunidades, com o propósito de conectar pessoas para gerar justiça financeira e prosperidade. Sua atuação se organiza nos eixos Cooperativismo e Empreendedorismo, Cidadania Financeira e

Desenvolvimento Sustentável, orientando programas e projetos alinhados ao compromisso social do Sicoob. Baseado nos princípios cooperativistas, especialmente Educação, Formação e Informação e Interesse pela Comunidade, o Instituto também se articula com agendas externas, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira e a Agenda 2030.



Desde fevereiro de 2018, a Central Sicoob São Paulo atua em todo o território nacional, promovendo ações integradas e colaborativas com as Cooperativas Centrais e Singulares, além de capacitar voluntários para impulsionar o desenvolvimento local, utilizando o portfólio do Instituto Sicoob.

A integração e o alinhamento sistêmico possibilitam a consolidação de uma ampla rede colaborativa e operacional, viabilizando a implementação, em larga escala, de projetos, programas e demais iniciativas do Instituto Sicoob em todas as regiões onde o Sicoob está presente.

Signatária do Pacto Global da ONU desde 2023, a Central Sicoob São Paulo assume a responsabilidade de contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, o Instituto Sicoob apoia e atua ativamente na disseminação dos 17 ODS e dos princípios da Agenda 2030 no âmbito das Entidades Sicoob, em articulação com outros atores e públicos com os quais se relaciona.

O portfólio de programas e projetos desenvolvidos impacta, de forma mais direta e significativa, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reforçando o compromisso do Sicoob com a agenda global de sustentabilidade.



O programa **Concurso Cultural** tem como objetivo envolver escolas, alunos do 3º, 5º, 7º e 9º ano e a comunidade na promoção da cultura da cooperação. A iniciativa busca incentivar a produção de desenhos, textos narrativos, poemas e tiras em quadrinhos, sempre a partir de temas anuais relacionados à realidade dos participantes. Dessa forma, o programa estimula a construção de conhecimentos que favorecem práticas mais Cooperativas no cotidiano escolar.

No dia 25 de novembro, celebramos no Teatro Minaz, em Ribeirão Preto, a premiação da etapa regional do Concurso Cultural 2025, um encontro marcado por talento, inspiração e muito reconhecimento aos alunos, professores e escolas participantes.

Neste ano, o tema "Diversidade que soma, cooperação que multiplica" destacou a importância de valorizar diferenças e mostrar que, ao unir forças, todos podem crescer, aprender e prosperar juntos.

Os alunos desenvolveram trabalhos que traduzem o verdadeiro espírito da cooperação, destacando valores essenciais para uma sociedade mais justa e solidária.

Nesta etapa, entre 29.000 participantes, 8 estudantes foram premiados por seus projetos inspiradores. Juntos, reafirmamos que a cooperação multiplica resultados, transforma realidades e fortalece a missão do nosso Sistema Cooperativista.

29.000
Alunos participantes

275
Instituições de ensino
participantes

75
Municípios

11
Cooperativas singulares
atuantes

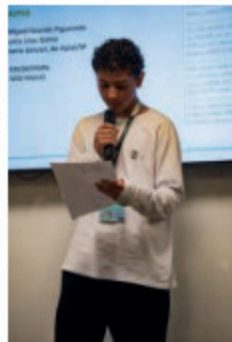


Confira todos os momentos da premiação escaneando o QR Code.

Na edição de 2025, a Central Sicoob São Paulo teve a honra e a alegria de contar com um aluno representando a instituição na etapa nacional do Concurso Cultural. O estudante Vitor foi premiado na categoria

Poema, destacando-se entre os participantes. O aluno premiado, Vitor, sua mãe, Josiane, e a Voluntária Transformadora da cooperativa singular Sicoob Crediceripa, Jaine, estiveram em Brasília entre

os dias 16 e 18 de dezembro, participando de uma programação especialmente elaborada para proporcionar uma experiência única ao aluno.



O Programa **Clinicas Financeiras** tem como objetivo oferecer atendimento direto, humanizado e acessível às pessoas, ouvindo como elas se relacionam com o dinheiro e orientando sobre formas de melhorar essa relação. Parte-se da premissa de que um olhar externo, especializado e empático pode contribuir significativamente para mudanças positivas no comportamento financeiro.

O programa é realizado em dois formatos: presencial e virtual.

No formato presencial, são promovidos eventos abertos e gratuitos, nos quais orientadores financeiros voluntários qualificados realizam atendimentos individualizados. Nessas consultas, são abordados temas como orçamento pessoal e familiar, endividamento, investimentos e outros aspectos

relacionados à educação financeira. Além disso, o programa conta com a modalidade digital, por meio da plataforma Clínicas Financeiras Virtuais, onde os interessados podem escolher o orientador de acordo com o tema desejado, agendar uma consultoria on-line e acompanhar, de forma prática e acessível, sua jornada de transformação financeira.



2.190

Pessoas beneficiadas



2

Estados



30

Municípios



29

Ações realizadas na modalidade presencial



11

Cooperativas atuantes (Central + 10 singulares)



O programa **Se Liga Finanças** oferece conteúdos gratuitos e acessíveis sobre educação financeira, direcionados a jovens de 15 a 29 anos e a microempreendedores individuais (MEI). A iniciativa tem como objetivo evidenciar os benefícios de uma vida financeira saudável, incentivando o uso consciente e responsável do dinheiro, além de conscientizar sobre a importância de uma

boa gestão financeira para o fortalecimento e o sucesso dos pequenos negócios. O programa é realizado em duas modalidades: presencial e virtual. Na modalidade presencial, as Cooperativas singulares promovem workshops com duração de 4 a 8 horas nas comunidades onde atuam. As atividades são práticas e interativas, seguindo a metodologia e os materiais

pedagógicos desenvolvidos pelo Instituto Sicoob. Na modalidade virtual, a plataforma Se Liga Finanças ON disponibiliza os cursos Finanças Pessoais, Finanças para MEI e Finanças para Investidores, totalmente on-line e gratuitos. Os cursos contam com atividades que facilitam a compreensão sobre a tomada de decisões financeiras e oferecem certificado de conclusão aos participantes.



6.239

Pessoas beneficiadas



10

Estados



150

Municípios



54

Ações realizadas na modalidade presencial



15

Cooperativas atuantes (Central + 14 singulares)



A **Coleção Financinhas** é composta por quatro livros e quatro animações que abordam, de maneira lúdica e acessível, temas como a importância de poupar para alcançar objetivos, o consumo excessivo, o planejamento e a organização das compras de acordo com o orçamento, além da sustentabilidade e do consumo consciente.

As publicações contam com personagens cativantes nas

histórias: “Caio achou uma moedinha”, “Margô e Davi foram ao mercadinho”, “Miguel, Aninha e Dedê ganharam um dinheirinho” e “Marina esqueceu de desligar a televisão”, além de incluir atividades práticas, dedoches e imagens de cédulas para recorte, que estimulam o aprendizado de forma interativa. Os livros impressos são distribuídos gratuitamente pelas Cooperativas Sicoob e também estão disponíveis para download em formato digital,

garantindo amplo acesso ao conteúdo, enquanto as animações podem ser encontradas no canal do Instituto Sicoob no YouTube. Disponível em português, inglês e espanhol, a coleção contribui para a formação de crianças e jovens mais conscientes, bem-informados e preparados para tomar decisões financeiras responsáveis e sustentáveis.



107.130

Pessoas beneficiadas



3

Estados



102

Municípios



520

Ações realizadas



13

Cooperativas atuantes (Central + 12 singulares)



O Programa **Financinhas nas Escolas** é voltado para crianças de 6 a 12 anos do Ensino Fundamental I e tem como objetivo promover a educação financeira desde a infância.

Lançado em 2021, o programa estimula a formação de bons

hábitos financeiros e de cidadania, incorporando valores como cooperação, participação, autoconhecimento e senso de comunidade. Com metodologia única e alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a educação financeira

como tema transversal, a iniciativa apoia os professores no diálogo sobre finanças com o público infantil. Os conteúdos são apresentados de forma lúdica e acessível, abordando temas como sonhos, necessidades e desejos dentro do contexto financeiro.



7.319

Pessoas beneficiadas



228

Pessoas capacitadas na trilha on-line



49

Instituições de ensino ativas



5

Estados



42

Municípios



6

Cooperativas singulares ativas



Há histórias que nos tocam de um jeito diferente, e esta é uma delas! Assista ao vídeo ao lado e confira como a cooperação e a inclusão podem transformar vidas.



O Programa **Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável** tem como objetivo apoiar, de forma integral ou parcial, projetos apresentados pelas Cooperativas do Sicoob que estejam em

conformidade com a legislação de Incentivos Fiscais. Alinhado às estratégias de investimento social do Sicoob e de seus parceiros, o programa prioriza iniciativas nas áreas de cultura, esporte, saúde e

promoção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, sendo operacionalizado por meio do Edital Cooperação, lançado anualmente pelo Instituto Sicoob em parceria com o Banco Sicoob.



8

Cooperativas singulares com projetos aprovados



R\$1.177.140,00

Investidos



16

Projetos patrocinados

7 projetos – Incentivo à Cultura
5 projetos – Incentivo ao Desporto
4 projetos – Fundo para a Criança e Adolescência

O programa **Selo Cidadania E Sustentabilidade** tem como objetivo reconhecer projetos conduzidos pelas Cooperativas centrais e singulares que promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades, além

de capacitar os colaboradores do Sicoob envolvidos nessas iniciativas, e valoriza ações desenvolvidas fora do portfólio institucional e reafirma o compromisso do Sicoob com práticas alinhadas aos princípios

ESG, gerando impactos positivos nos territórios onde atua.

Na edição de 2025, o **Sicoob Crediceripa** foi premiado com o projeto **Educação Financeira na**

Infância – Pequenos Empreendedores.

A iniciativa surgiu da necessidade de introduzir a educação financeira desde a primeira infância, com conteúdos adequados à realidade das crianças. Desenvolvido pela PAE, com apoio de professores,

o projeto promove de forma lúdica e interdisciplinar hábitos financeiros saudáveis, consciência cidadã e valores como cooperação e solidariedade. Alinhado à BNCC e aos currículos locais, o projeto é integrado ao cotidiano escolar por meio de atividades

práticas, brincadeiras e vivências significativas, fortalecendo o vínculo entre escola, família e comunidade e contribuindo para a formação de crianças mais conscientes e preparadas para fazer escolhas responsáveis desde cedo.



O Programa de **Voluntário Transformador**, iniciativa de voluntariado empresarial do Sicoob, integra o portfólio do Instituto Sicoob e coordena, de forma sistêmica, as ações de voluntariado promovidas pelas entidades do Sicoob.

O programa estimula o desenvolvimento de habilidades, gera impacto social positivo nas comunidades e fortalece o sentimento de pertencimento ao Sicoob. Por meio de trilhas de capacitação estruturadas em cinco etapas, forma Voluntários

Transformadores, agentes de mudança que ampliam o alcance das iniciativas sociais e contribuem diretamente para a transformação das realidades locais.



1.221

Voluntários

Transformadores cadastrados



930

Voluntários Transformadores

engajados



8.662

Horas voluntárias

dedicadas



13

Cooperativas atuantes

(Central + 12 singulares)

O Programa **Conhecimento em Foco** promove a tomada de decisões conscientes e sustentáveis por meio de palestras presenciais e on-line.

A iniciativa aborda as temáticas relacionadas a educação financeira, cooperativista, empreendedora e ambiental, estimulando aprendizado,

reflexão e impacto positivo na vida das pessoas e nas comunidades.



95.725
Pessoas beneficiadas



4
Estados



150
Municípios



920
Ações realizadas



14
Cooperativas atuantes
(Central + 13 singulares)



O **Comitê Regional de Cidadania e Sustentabilidade** tem como finalidade assessorar o Conselho de Administração da cooperativa central no estabelecimento de diretrizes regionais às suas Cooperativas singulares filiadas,

relacionadas aos três temas relevantes para o negócio e suas partes interessadas: Agenda de Sustentabilidade, Agenda de Cidadania Financeira e Investimento Social Estratégico.

No ano de 2025, ocorreram reuniões com a participação dos dirigentes das Cooperativas singulares, nas quais foram abordados temas relevantes para alavancar a performance, construção conjunta e alinhamento das estratégias.



Nos dias 29 e 30 de julho, ocorreu em Brasília, no espaço Lab 360, o **Encontro Nacional de Cidadania e Sustentabilidade**, direcionado às Pessoas de Desenvolvimento Estratégico e aos Pontos Focais de Sustentabilidade das centrais do Sicoob. Foram dois dias de intensa troca, com dinâmicas, palestras e momentos de integração. O evento foi essencial para apresentar metas, resultados e realizar alinhamentos estratégicos para 2026, destacando a importância da integração entre as agendas

de Cidadania Financeira, Sustentabilidade e Investimento Social às estratégias de negócio,

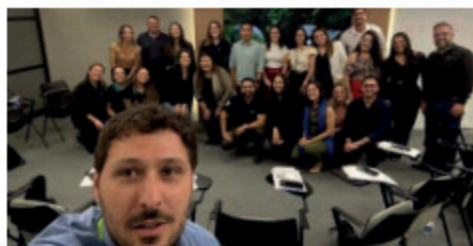
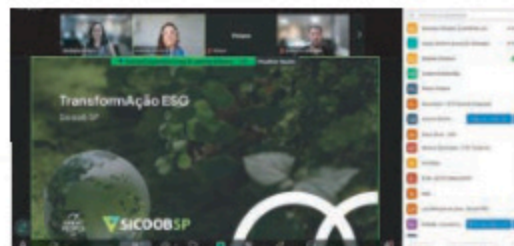
consolidando essas agendas como valores transversais na atuação sistêmica do Sicoob.



O **Encontro Regional de Cidadania e Sustentabilidade de 2025** contou com o treinamento "Transformação ESG: Nivelamento e Alinhamento Sistêmico", realizado em dois momentos — um on-line e outro presencial — e direcionado às Cooperativas singulares no âmbito

regional. A iniciativa teve como objetivos promover o engajamento e o compromisso com o novo Plano de Sustentabilidade do Sicoob, capacitar os profissionais que atuam como Pessoas de Apoio Estratégico (PAEs) e Pontos Focais de Sustentabilidade, apoiar a elaboração

dos roadmaps de sustentabilidade e alinhar as demandas e ações previstas para o segundo semestre de 2025 e para o ano de 2026. Além disso, ao longo do ano, foram realizadas 62 reuniões formais com as Cooperativas singulares, com foco no apoio estratégico à gestão.



11 Cooperativas singulares participantes
20 Pessoas beneficiadas

11 Cooperativas singulares participantes
20 Pessoas beneficiadas



O Centro Cooperativo Sicoob (CCS) capitaneou o projeto corporativo **Agenda de Sustentabilidade Sicoob**, que resultou, entre suas principais entregas, na estruturação do **Plano de Sustentabilidade Sicoob**. Esse plano é um instrumento de gestão temático alinhado ao Pacto Sistêmico de Estratégia do Sicoob, dialogando com as diversas dimensões da estratégia organizacional, especialmente a dimensão Cidadania e Sustentabilidade.

O Plano tem como objetivo fomentar práticas sustentáveis em toda a organização, impulsionando

o Sicoob no cumprimento de seus compromissos com o desenvolvimento sustentável. Com base nos compromissos assumidos junto aos stakeholders, o documento reúne diretrizes e ações a serem executadas até 2030, de forma transversal, permeando todo o negócio. Sua estrutura contempla 7 compromissos, e 16 ações.

A elaboração do Plano de Sustentabilidade foi resultado de uma construção coletiva, liderada pelo CCS, com a colaboração das Cooperativas centrais e de diversas áreas internas, refletindo um

trabalho integrado, sistêmico e orientado para um direcionamento estratégico único.

No Sistema Regional, foram instituídos os Pontos Focais de Sustentabilidade em cada cooperativa singular, que são responsáveis pela gestão e pelo desdobramento das ações relacionadas a essa agenda. Ocorrem reuniões regulares que têm como objetivo alinhar as demandas desta agenda e seus respectivos desdobramentos, garantindo a execução integrada das iniciativas.

A **Campanha Nacional de Investimento Social 2024 (CNIS 2024)** teve como objetivo fortalecer o propósito sistêmico do Sicoob por meio das iniciativas de investimento social, reconhecendo o desempenho das Cooperativas centrais e singulares que adotam as melhores práticas nessa área. A campanha buscou impulsionar os resultados dessas ações, posicionando o Instituto Sicoob como referência na

promoção da cultura cooperativista e do desenvolvimento sustentável. Entre os resultados obtidos estão o aumento do número de Cooperativas singulares associadas ao Instituto, a ampliação do alcance dos programas sociais e o fortalecimento do impacto positivo nas comunidades.

A premiação foi realizada durante o evento **Vende Sicoob 2025**. A

Central foi reconhecida pelo alcance da meta de pessoas beneficiadas, enquanto a cooperativa singular Sicoob Crediceripa recebeu o prêmio na categoria especial com o case de boas práticas na execução da metodologia do Programa **Finanças nas Escolas**, com o projeto **“Educação Financeira, Autonomia e Inclusão Social para Alunos da APAE Taquarituba”**.

Meta de Pessoas Beneficiadas



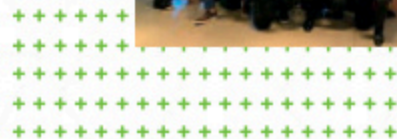
SICOOBSP



SICOOB CREDICERIPA

Categoria Especial

Finanças nas Escolas – Case “Educação Financeira, autonomia e inclusão social para alunos da APAE Taquarituba”



Em reconhecimento à excelente performance na Campanha Nacional de Investimento Social, a Central e a cooperativa singular Sicoob Crediceripa foram

premiadas com pacotes de viagem para Porto Alegre e Gramado, como forma de valorizar o destaque e o comprometimento demonstrados ao longo da campanha.



A **Campanha Regional de Investimento Social 2024 (CRIS 2024)** teve como objetivo fortalecer o propósito sistêmico do Sicoob por meio das iniciativas de investimento social, reconhecendo, regionalmente, as Cooperativas singulares pelo desempenho e pelas melhores práticas. A campanha buscou impulsionar os resultados da Central Sicoob São Paulo, com a intenção de consolidar o Instituto Sicoob como referência

na disseminação da cultura cooperativista e na promoção do desenvolvimento sustentável. Entre os resultados obtidos estão a ampliação do número de Cooperativas singulares associadas ao Instituto Sicoob, o aumento de beneficiários atendidos pelos programas e o fortalecimento do impacto positivo nas comunidades. A cerimônia de premiação aconteceu no dia 21 de fevereiro de 2025, em Ribeirão Preto.

Cooperativas Singulares Premiadas

Categoria Clínicas
Financeiras Presenciais
Sicoob Credicoapec

Categoria Conexão Sicoob
Sicoob Cooplivre

Categoria Coleção
Financinhas
Sicoob Cocre

Categoria Se Liga
Finanças Presencial
Sicoob Credicoapec

Categoria
Concurso Cultural
Sicoob Credimota

Categoria Se Liga
Finanças ON
Sicoob Crediguaçu

Categoria
Conhecimento em Foco
Sicoob Pro

Categoria Especial – Cases:

Financinhas nas Escolas
– Sicoob Crediceripa:
“EDUCAÇÃO FINANCEIRA,
AUTONOMIA E INCLUSÃO
SOCIAL PARA ALUNOS DA APAE
TAQUARITUBA”

Voluntário Transformador
– Sicoob Crediguaçu:
“VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO”

Conjunto da Obra
Sicoob Cooplivre

Resultados Alcançados Em 2025

Portfólio e Extra Portfólio – Sistema Regional



1.965

Ações realizadas



15

Cooperativas atuantes
(Central + 14 singulares)



264

Municípios



12

Estados



257.425

Pessoas beneficiadas

Destaques Da Atuação

Investimento Social



248.682

Pessoas foram beneficiadas
pessoal e diretamente pelos
programas do portfólio do
Instituto Sicoob



8.743

Pessoas foram beneficiadas
pelas ações extra portfólio

Eixo Cidadania Financeira



156.109

Pessoas beneficiadas



Eixo Desenvolvimento Sustentável

Educação Ambiental



2.762

Pessoas beneficiadas

Leis de Incentivo



16

Projetos patrocinados
R\$1.177.140,00
investidos

Eixo Cooperativismo e Empreendedorismo



89.811

Pessoas beneficiadas

Programas e Soluções Transversais

Programa

VOLUNTÁRIO TRANSFORMADOR

1.221

Voluntários Transformadores
cadastrados

930

Voluntários Transformadores
engajados

8.662

Horas voluntárias dedicadas

Investimento Social – Campanhas Aceleradoras



16.455

Pessoas beneficiadas

76.278

Pessoas alcançadas

12

Cooperativas atuantes
(Central + 11 singulares)



10.815

Pessoas beneficiadas

36.288

Pessoas alcançadas

14

Cooperativas atuantes
(Central + 13 singulares)



15.618

Pessoas beneficiadas

80.385

Pessoas alcançadas

13

Cooperativas atuantes
(Central + 12 singulares)



10.645

Pessoas beneficiadas

134.162

Pessoas alcançadas

10

Cooperativas atuantes
(Central + 9 singulares)

Observação: Os números apresentados nos resultados das campanhas aceleradoras estão incorporados ao total de pessoas beneficiadas pelas ações do Instituto Sicoob.



Cidadania e Sustentabilidade

Ações da Central e Corretora Sicoob São Paulo



Resultados Alcançados Em 2025

Central e Corretora



PORTFÓLIO

 36 Ações Realizadas	 15 Instituições	 1.945 Pessoas Beneficiadas
--	--	---

EXTRA PORTFÓLIO – AÇÕES FILANTRÓPICAS

 3 Ações Realizadas	 12 Instituições	 1.368 Pessoas Beneficiadas
---	--	---

No dia 25 de maio, a Central Sicoob São Paulo realizou o primeiro evento de intercooperação do programa Clínicas Financeiras Presenciais, em parceria com o Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto.

Durante o evento, Voluntários Transformadores

das Cooperativas Sicoob Credicopec, Sicoob Coocrelivre, Sicoob Cocred e Sicoob São Paulo prestaram orientação financeira gratuita, oferecendo atendimento individualizado e contribuindo para a educação financeira da comunidade.



Acesse o QR Code e veja mais detalhes sobre a ação!



4

Cooperativas participantes



30

Pessoas Beneficiadas



Programa Voluntário Transformador



81

Voluntários Transformadores cadastrados



71

Voluntários Transformadores engajados

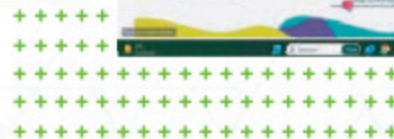
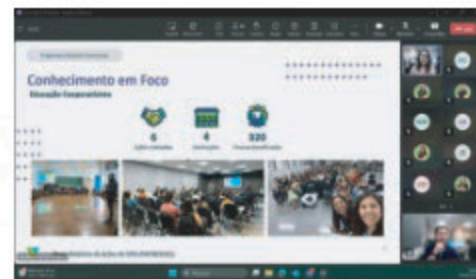


339

Horas voluntárias dedicadas



3

Reuniões de alinhamento realizadas
2 Central | 1 Corretora

A Oficina de Técnicas Teatrais tem como objetivo desenvolver atitudes e habilidades dos voluntários, aprimorando sua desenvoltura e preparando-os melhor para as

ações do portfólio do Instituto Sicoob. A 2ª edição da oficina foi realizada presencialmente na Central Sicoob São Paulo e contou com a participação de 25

voluntários, representando tanto a Central quanto 9 Cooperativas singulares.



25

Voluntários Transformadores beneficiados



10

Cooperativas participantes (Central + 9 singulares)



O Desafio Voluntário é uma iniciativa do Comitê Regional de Cidadania e Sustentabilidade do Sicoob São Paulo, com o objetivo de divulgar e promover ações

voluntárias. A ação consiste em um mês organizado e coordenado pela Central Sicoob São Paulo, em parceria com todas as Cooperativas singulares, com foco na realização

de atividades e iniciativas gratuitas que contribuam para a disseminação da cultura cooperativista e da educação financeira nas comunidades onde



7.830

Pessoas beneficiadas



13

Cooperativas singulares participantes



o Sicoob está inserido, destacando o papel do Voluntário Transformador. Em 2025, foi realizada a 3ª (terceira) edição do Desafio Voluntário, que aconteceu de 28/08/2025 a 28/09/2025.

Em 06 de dezembro de 2025, a Central Sicoob São Paulo celebrou 37 anos de história. São mais de três décadas construindo, junto com nossas Cooperativas filiadas, uma trajetória baseada em cooperação, confiança e compromisso com o desenvolvimento das pessoas e das comunidades onde atuamos.

Para marcar essa data tão especial, escolhemos celebrar de um jeito que reflete nossa essência: cooperando.

Neste ano, unimos o aniversário da Central com o Dia Internacional do Voluntariado (5 de dezembro),

reforçando que o verdadeiro sentido de cooperar é agir em favor do outro. Surgiu assim o "Aniversário com Propósito", uma campanha que convidou nossos voluntários a realizarem ações cooperativistas, simbolizando nossa história.



24

Voluntários Transformadores
engajados nas ações



27

Ações realizadas



Em comemoração ao **Dia Nacional do Voluntariado**, realizamos para os Voluntários Transformadores de todo o Sistema Regional uma palestra on-line com o palestrante Nando Gomes sobre o papel do voluntário na construção de um futuro melhor. A abordagem foi em como a atuação voluntária contribui significativamente para o desenvolvimento social, ambiental e humano. Teve como objetivo inspirar e preparar os participantes para

que compreendam a importância do voluntariado e possam atuar de forma mais consciente, ética e eficaz em suas comunidades ou causas. Ao longo de sua trajetória, as atuações dos voluntários são valorizadas como forma de incentivo e agradecimento pelo impacto positivo gerado, destacando o engajamento, a participação ativa e o compromisso dos voluntários com as iniciativas desenvolvidas.



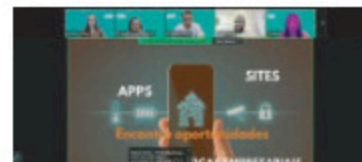
10

Cooperativas
participantes



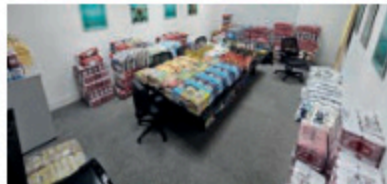
183

Voluntários Transformadores
beneficiados





Extra Portfólio – Ações Filantrópicas



12 Instituições beneficiadas

Associação Ação Solidária RP
Lar do Vovô Albano
Casa da Melhor Idade
Lar Padre Euclides
Casa de Acolhimento Amostra
Casa do Vovô
Organização Comunitária

Santo Antônio Maria Claret
Cantinho do Céu Hospital de Retaguarda
Instituto Crescer Cidadão
Lar Irmã Izolina
Casinha Azul
Semeadores do Bem



1.371
Pessoas Beneficiadas

5 toneladas de alimentos
420 itens de higiene pessoal
824 fraldas geriátricas
302 peças de roupas
29 pares de calçados
12 acessórios
141 ovos de Páscoa



Ao longo do segundo semestre, o Grupo de Resíduos (GR) retomou suas reuniões em setembro, em função da demanda gerada pela obra de reforma da Central. Durante esse período, foi identificada a necessidade de implantação de uma Estação Temporária de Resíduos, a qual foi viabilizada de forma integrada à reforma estrutural do prédio.

A implantação da estação contemplou:

Aquisição de fragmentadora



Estação Temporária de Resíduos.

de documentos, garantindo a descaracterização adequada de materiais sensíveis e o atendimento às diretrizes da LGPD;

Instalação de duas lixeiras teladas para a segregação de papel e papelão;

Disponibilização de lixeira com pedal para o descarte de uniformes;

Inclusão de lixeira para resíduos eletrônicos e papa-pilhas,

promovendo o descarte ambientalmente adequado desses materiais.

Como destinação dos resíduos gerados, a Central firmou parceria com uma cooperativa de reciclagem, fortalecendo ainda mais seus princípios cooperativistas e realçando seu propósito com o desenvolvimento sustentável, contribuindo dessa maneira com a economia circular e com o crescimento de trabalho e crescimento econômico dessa cooperativa.



Nova identificação da lixeiras na Área 3006.

Ao longo do segundo semestre, o Grupo GR implementou ações voltadas à redução da geração de resíduos e à diminuição do consumo de materiais descartáveis, com destaque para os copos plásticos.

Entre as principais ações adotadas, destacam-se:

Retirada dos copos plásticos das copas, da área 1006 e das máquinas de café, com

substituição por utensílios em louça para atendimento de visitantes;

Economia estimada de R\$ 13.384,85 em compras de copos descartáveis;

Retirada das lixeiras individuais das mesas, a partir de 2026, considerando o uso inadequado e o incentivo à correta segregação nos pontos de coleta seletiva;



Identificação e padronização das lixeiras de coleta seletiva da área 1006, facilitando a segregação correta dos resíduos;

Realização de coleta de agendas antigas, destinadas a uma cooperativa de reciclagem, assegurando a destinação ambiental adequada do material e promovendo a economia circular.



O Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) é realizado de forma sistêmica, sendo 2025 o segundo ano em que o Sicoob SP participa do levantamento.

Para este segundo ano, o levantamento foi ampliado, passando a incluir também o Sicoob Corretora de Seguros.

A ampliação do limite organizacional reflete a evolução do processo e o amadurecimento do Sicoob frente ao tema climático abordado. O processo consiste na coleta de dados operacionais para a conversão e contabilização das emissões de gases de efeito estufa, expressas em toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), associadas às atividades da instituição.

Ano base: 2025

Metodologia: GHG Protocol – WayCarbon;

Escopos avaliados: 1, 2 e 3;

Emissões totais: 159,86 tCO₂e

O inventário consolida as emissões diretas e indiretas associadas às operações do Sicoob SP em 2025.



Negócios

48



Em 2025, a **Área de Negócios** da Central Sicoob SP reforçou sua atuação junto às Cooperativas filiadas, apoiando o fortalecimento da força comercial e contribuindo para o crescimento dos resultados no Sistema Regional. A atuação da área esteve concentrada principalmente

em capacitações estratégicas, iniciativas de incentivo e reconhecimento comercial e no apoio a agendas institucionais relevantes para o desenvolvimento de negócios das Cooperativas.

No campo das capacitações, foram realizados encontros voltados à disseminação de conhecimento e ao aprimoramento das práticas comerciais nas Cooperativas. Entre os destaques, esteve o **Workshop de Cobrança Bancária**, realizado presencialmente em Ribeirão Preto, que abordou o papel estratégico do produto no fortalecimento da principalidade do cooperado, no aumento da rentabilidade das

Cooperativas e na ampliação dos depósitos à vista.

Outro destaque foi o **Workshop de Negócios Digitais**, que apresentou às Cooperativas a estrutura da fábrica de limites centralizada pelo CCS. A iniciativa demonstrou o potencial da ferramenta para aumentar a agilidade e a efetividade na concessão de crédito, especialmente nas

operações de varejo, contribuindo para uma experiência mais eficiente aos cooperados.

Também foi realizado o **Workshop Pronaf**, que contou com a participação de especialistas da Sicoob Credisul (Central SC/RS). O encontro promoveu a troca de experiências e boas práticas voltadas à ampliação do atendimento ao pequeno produtor

Workshop de Cobrança Bancária



Workshop de Negócios Digitais



Premiação da Campanha "Proteção que te leva à Diversão"

rural, reforçando o compromisso do cooperativismo com o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Além das capacitações, a área também atuou no desenvolvimento de campanhas de incentivo e reconhecimento, iniciativas que funcionam como catalisadoras da força comercial das Cooperativas. Em parceria com o CCS, foi realizada a campanha **"Proteção que te leva pra Diversão"**, voltada à comercialização de seguros de vida, que premiou os melhores desempenhos com uma experiência no Resort Hot Beach Olímpia.

Outro momento de destaque foi a premiação da **CRV 2024**, que aconteceu no início de 2025, e reconhecendo as Cooperativas com melhor desempenho nas categorias Percentual, Superação, IAP e Conjunto da Obra. O evento contou com a participação do ex-jogador Zico, que compartilhou reflexões sobre liderança, trabalho em equipe e alta performance, reforçando a cultura de resultados no sistema cooperativo.

Por fim, a **Agrishow 2025** foi novamente um dos principais momentos de relacionamento e



Premiação Campanha Regional de Vendas 2024

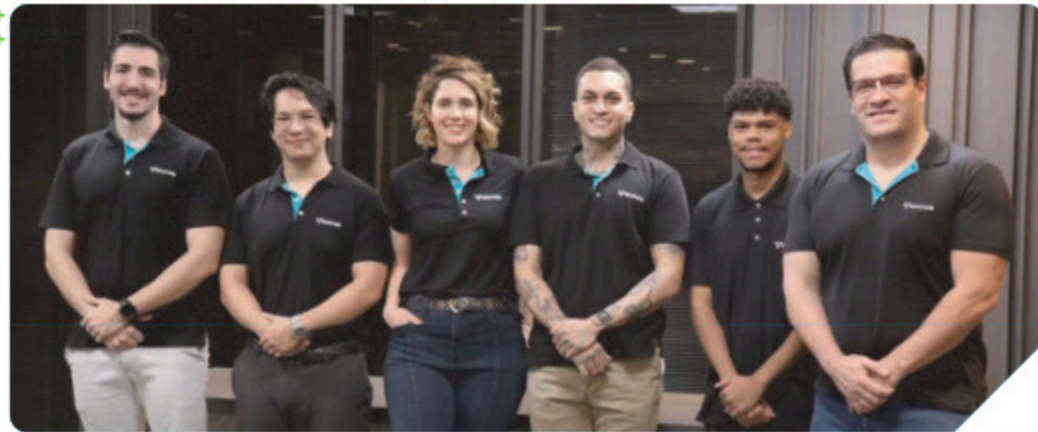
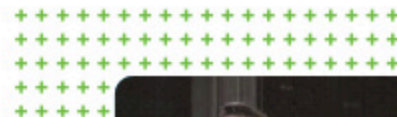


Agrishow 2025

geração de negócios do ano. A participação conjunta da Central, das Cooperativas singulares e da Corretora Sicoob SP possibilitou atendimento integrado aos cooperados e produtores rurais, além do desenvolvimento de campanhas e soluções voltadas a consórcios, seguros e crédito. A presença na feira reforçou a proximidade do nosso Sistema Regional com o agronegócio e ampliou as oportunidades de negócios para as Cooperativas.

Performance Corporativa

52



Em 2025, a **Área de Performance Corporativa** consolidou seu papel estratégico na Central, atuando não apenas no monitoramento de indicadores, mas como uma verdadeira **parceira das Cooperativas singulares na**

busca por eficiência, profissionalização e visão de futuro. Os marcos de atuação do setor refletem o compromisso com a democratização da informação e o suporte consultivo personalizado.

A área realizou uma **edição histórica do Fórum de Performance**, que contou com a presença do **economista e ex-ministro Adolfo Sachsida**. A palestra sobre perspectivas macroeconômicas para 2025 proporcionou aos líderes do sistema uma base sólida para tomadas de decisão assertivas em um cenário de constantes mudanças. Além disso, o encontro

permitiu uma análise detalhada do desempenho das Cooperativas ao longo do ano de 2024.

A **Reunião de Acompanhamento do Pacto Sistêmico de Estratégia (RAPSE)** representou um momento crucial de alinhamento entre a Central e as Singulares. Na ocasião, foram calibradas as ambições para os indicadores do pacto sistêmico, garantindo

que as metas regionais estivessem em total sintonia com os objetivos nacionais do Sicoob, respeitando as particularidades de cada cooperativa.



Edição Especial do Fórum de Performance, com Adolfo Sachsida.



Reunião de Acompanhamento do Pacto Sistêmico de Estratégia (RAPSE).



A Central elevou o nível de suporte técnico às Singulares por meio da **mediação do Planejamento Estratégico** para as Cooperativas Sicoob Credivale, Sicoob Nosso e Corretora de Seguros Sicoob SP, além da **elaboração técnica das metas para a Sicoob Credivale**. Esta expansão do escopo de serviços reforçou o papel da Central em profissionalizar a gestão regional, levando sua expertise para dentro das Singulares em busca de maior eficiência operacional.

Foi estruturado também, de forma colaborativa com as Singulares, o Programa de Excelência para os Postos de Atendimento (PAs), o PEx. Com quase 400 pontos de venda na rede regional, este programa, que inicia sua implementação em 2026, visa elevar o nível de atendimento e eficiência das unidades. O objetivo é garantir que a experiência do associado seja de alta performance em qualquer ponto da rede. Entendendo que a estratégia deve



Planejamento Estratégico para as Cooperativas Sicoob Credivale, Sicoob Nosso e Corretora de Seguros Sicoob SP.

ser de conhecimento geral, a área estendeu o Fórum de Performance aos colaboradores da Central. Esta iniciativa visou capacitar o time interno, promovendo maior intimidade com os dados das Singulares. Ao democratizar a informação, a área garantiu que todos os setores da Central compreendessem profundamente os desafios e sucessos do Sistema

Regional, gerando um suporte muito mais qualificado e ágil às Cooperativas.

Através dessas entregas, a área de Performance Corporativa reafirma o propósito de transformar dados em inteligência e planos em resultados, garantindo a sustentabilidade e o crescimento do Sistema Regional.



Em 2025, a **Área de Comunicação e Marketing** da Central Sicoob SP se consolidou de forma estratégica dentro do Sistema Regional. Mais do que uma área de suporte, o time passou a atuar de maneira próxima às Cooperativas

filiadas, assumindo o papel de parceiro de negócio e contribuindo diretamente para impulsionar a força do marketing como alavanca de resultados para os times comerciais.

Comunicação e Marketing

56



Visitas às Cooperativas com o projeto Impulsiona Marketing.

Esse novo momento foi marcado pela ampliação e qualificação da prestação de serviços da Central. A implementação do **Plano de Mídia ON** para as Singulares representou um avanço significativo na centralização e profissionalização da gestão de marketing digital,

oferecendo às Cooperativas soluções completas que integram estratégia, criação, mídia patrocinada, acompanhamento de performance e relatórios, elevando o nível de entrega e consistência da comunicação regional. Com foco em decisões orientadas

por dados e no alinhamento às estratégias comerciais, foi desenvolvido o **Projeto Impulsiona Marketing**. A iniciativa oferece às Cooperativas filiadas uma visão analítica aplicada ao marketing, contemplando dados da própria cooperativa, perfil e comportamento da base de cooperados, além de análises de desempenho dos produtos mais rentáveis da CRV. O projeto fortaleceu a integração entre as áreas de marketing e negócios, viabilizando campanhas mais assertivas, relevantes e diretamente conectadas aos objetivos estratégicos de cada cooperativa.



Entendendo a importância da capacitação contínua, a Central também promoveu o **Workshop de Ferramentas**, com treinamentos bimestrais, voltados aos profissionais de marketing das Singulares. Os encontros abordaram temas atuais e relevantes, fortalecendo o repertório técnico das equipes e estimulando a troca de experiências entre as Cooperativas.

No pilar de eventos, 2025 foi um ano de grande intensidade e presença institucional. A área de Comunicação e Marketing esteve à frente do planejamento, organização e execução de iniciativas estratégicas como CRV, CRIS e Excelência de Gestão de Pessoas, Conecta 1006, Agrishow, Viagem dos Premiados CRV, Comemoração dos 5 anos da Corretora, Seminário de Supervisão Auxiliar, Barretos 2025, a 1ª edição da Sicoob Run e a Confraternização 2025.

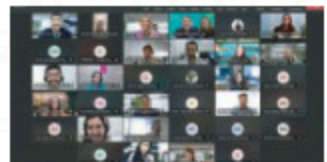
Por meio dessas entregas, a área de Comunicação e Marketing da Central Sicoob SP reafirmou seu compromisso em **gerar valor para as Cooperativas filiadas**, transformar estratégia em comunicação eficaz e consolidar o marketing como um pilar fundamental para o crescimento sustentável e a competitividade do Sistema Regional.



Agrishow 2024



Premiação CRV, Excelência em Gestão de Pessoas e CRIS



1ª e 2ª Workshop de Ferramentas com Fran Micheli e Grupo Laz.

Jurídico, Governança e Assessoria Técnica

60



Em 2025, a **Área de Jurídico, Governança** e a **Área de Assessoria Técnica** da Central Sicoob SP mantiveram o foco no suporte técnico e institucional às Cooperativas Singulares,

com atuação voltada à segurança jurídica, à eficiência operacional e ao fortalecimento das práticas de governança no Sistema Regional.

No campo **jurídico**, a área atuou de forma consultiva desenvolvendo soluções jurídicas customizadas, sempre respeitando a realidade e a individualidade de cada cooperativa. Essa atuação busca garantir segurança nas operações e apoiar a tomada de decisão dos gestores.

Os avanços também foram percebidos nos indicadores de eficiência da área. Em 2025, foram analisados **261 documentos contratuais**, um aumento de **81%**, quando comparados a 2024, e com ganhos relevantes de produtividade. O prazo médio de

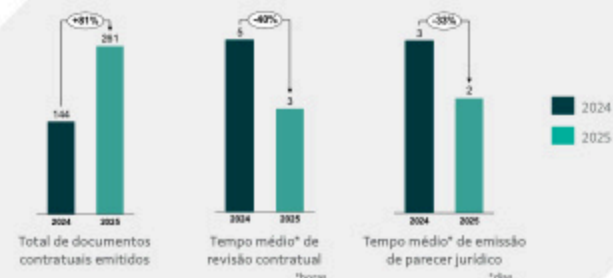
revisão contratual foi reduzido em **40%**, passando para cerca de 3 horas, enquanto o tempo médio de emissão de pareceres jurídicos foi reduzido em **33%**, alcançando aproximadamente 2 dias. Esses resultados contribuíram para dar mais agilidade às decisões e às operações das Cooperativas.

Outro destaque do ano foi o projeto piloto de **centralização do jurídico consultivo junto à cooperativa Sicoob Cooplivre**, iniciativa que visa centralizar determinados serviços jurídicos na Central Sicoob SP. O modelo busca gerar ganhos de escala e redução de custos

operacionais, permitindo que a cooperativa singular mantenha foco em sua atividade principal e no relacionamento com seus cooperados.

No âmbito da **governança**, a área continuou atuando como **referência técnica** para orientação normativa e institucional das Cooperativas singulares, apoiando a correta interpretação e aplicação das regras do Sistema e do arcabouço regulatório. Esse suporte contribui para fortalecer práticas de governança sólidas, alinhadas às exigências do regulador e às boas práticas do cooperativismo financeiro.

Já a **Assessoria Técnica** teve papel fundamental na condução e intermediação de processos societários e regulatórios junto ao Banco Central. Ao longo de 2025, foram conduzidos **20 pleitos de autorização** relacionados a processos eleitorais, envolvendo a análise de **49 candidatos**. Também foram assessoradas **12 reformas amplas de estatuto social** nas Cooperativas do sistema.



Essas entregas reforçam o papel da Central como estrutura de apoio técnico e institucional às Cooperativas, contribuindo para a segurança jurídica, a boa governança e a eficiência das operações no Sistema Regional.



Mensagem da Diretoria de Supervisão e Riscos

“Em 2025, a Diretoria de Riscos e Supervisão concentrou sua atuação estratégica na prestação de serviços especializados às Cooperativas Singulares, com foco no fortalecimento dos controles internos, da gestão integrada de riscos e da conformidade regulatória. As atividades desenvolvidas abrangeram o aprimoramento contínuo de normas e processos, a consolidação das práticas de gestão de riscos e a ampliação das ações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), reforçando a proteção das informações e a governança de dados em todo o Sistema Regional cooperativo. Nesse contexto, ganhou especial relevância a gestão do risco

cibernético, tratada de forma integrada aos demais riscos, por meio do fortalecimento de controles preventivos, da elevação do nível de maturidade dos processos e da promoção de uma cultura organizacional orientada à segurança da informação e à resiliência cibernética.

A área de Supervisão Auxiliar desempenhou papel fundamental no acompanhamento prudencial das Cooperativas Singulares, atuando de forma técnica, independente e alinhada às diretrizes do Banco Central do Brasil. Suas atividades contemplaram a realização de análises, monitoramentos e avaliações periódicas, bem como o suporte às Singulares

no atendimento às exigências regulatórias, prudenciais e das auditorias, contribuindo para a identificação tempestiva de riscos e para a adoção de medidas corretivas. Essa atuação reforçou a solidez do sistema cooperativo, assegurou maior aderência às normas vigentes e fortaleceu a relação institucional com o órgão regulador, reafirmando o compromisso da Cooperativa Central com a estabilidade, a transparência e a sustentabilidade do sistema financeiro cooperativo.”

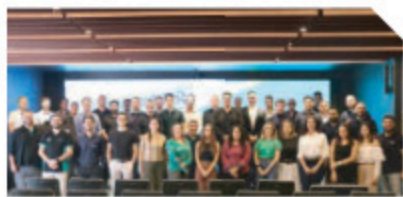
Jorge Lopes
Diretor de Supervisão e Riscos.

Controles Internos



Em 2025, a **Área de Controles Internos e Riscos** da Central Sicoob SP atuou no fortalecimento das práticas de governança, gestão de riscos e conformidade das Cooperativas singulares, apoiando a implementação de estruturas mais robustas de controle e a disseminação de boas práticas no Sistema Regional. A atuação

da área concentrou-se no aprimoramento do Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, Controles Internos, Risco Cibernético, LGPD e Segurança Sistemática, por meio de iniciativas voltadas à orientação técnica, capacitação e melhoria dos processos.



Reuniões da Comissão de Controles Internos, Riscos e Supervisão Auxiliar.

Nesse período a área promoveu **treinamentos direcionados aos órgãos de governança das Cooperativas**. Os encontros abordaram temas essenciais como Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital, Controles Internos, Risco Cibernético e LGPD, contribuindo para o fortalecimento da cultura de riscos e governança nas instituições.

Outro importante instrumento de alinhamento técnico foi a realização das **reuniões da Comissão de Controles Internos, Riscos e Supervisão Auxiliar**, que promoveram discussões sobre temas prioritários da área e estimularam a troca de experiências entre as Cooperativas, fortalecendo

a padronização de práticas e o alinhamento sistêmico.

No campo da segurança e conformidade, a área desenvolveu um **framework de apoio à implementação dos controles relacionados ao Pacto Sistêmico de Segurança**, oferecendo às Cooperativas uma referência estruturada para a implementação e monitoramento dos requisitos estabelecidos pelo sistema.

Em paralelo, foram implementados novos fluxos de trabalho e automações de processos estratégicos da área, contribuindo para maior **eficiência operacional, padronização das rotinas e melhoria no acompanhamento das atividades**.



Outro avanço relevante foi a implantação do novo **Programa de Avaliação de Riscos das Cooperativas Singulares**, iniciativa que fortalece o monitoramento e a análise dos principais riscos do Sistema Regional, permitindo uma visão mais estruturada e preventiva sobre a exposição das Cooperativas.

Complementando essas iniciativas, a área também manteve a **publicação semanal do Norma News**, que totalizou **51 edições** ao longo de 2025, consolidando em um único material as

principais comunicações regulatórias e orientações do Centro Cooperativo Sicoob e dos órgãos reguladores, facilitando o acesso das Cooperativas às atualizações normativas relevantes.

Com essas iniciativas, a Área de Controles Internos e Riscos avança no seu papel como estrutura de suporte técnico e prevenção sistêmica, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a mitigação de riscos nas Cooperativas do filiadas à Sicoob São Paulo.



Reuniões da Comissão de Controles Internos, Riscos e Supervisão Auxiliar.



Supervisão Auxiliar

70

No exercício de 2025, a **Área de Supervisão Auxiliar**, promoveu iniciativas voltadas ao fortalecimento dos ambientes de controles internos, à disseminação de boas práticas de governança e ao aprimoramento

dos processos de gestão de riscos e conformidade no âmbito do Sicoob, contribuindo para a segurança, a conformidade e a evolução das práticas das Cooperativas filiadas.

No período de **23 a 25 de abril de 2025**, foi realizada **visita de intercooperação à Central Sicoob Uni**, iniciativa que teve como objetivo a troca de experiências e conhecimentos relacionadas aos ambientes de controles internos, Supervisão Auxiliar, Governança e demais processos correlatos. A ação possibilitou o compartilhamento de boas práticas e o alinhamento

de entendimentos, fortalecendo a atuação da área junto a suas Cooperativas filiadas.

Nos dias **02 e 03 de outubro de 2025**, foi realizada a **Etapa 3 do Seminário de Supervisão Auxiliar**, organizado pelas Centrais Sicoob São Paulo e Central Cecresp, com participação do Centro Cooperativo Sicoob (CCS) e profissionais

convidados. O evento teve como foco a integração dos profissionais envolvidos com Supervisão Auxiliar e gestão de riscos, promovendo debates técnicos sobre métodos, procedimentos, sistemas e informações gerenciais, com vistas ao aprimoramento das práticas e ao fortalecimento da segurança e solidez do Sistema Sicoob.



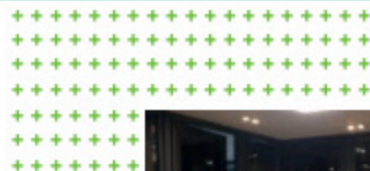
Visita de intercooperação à Central Sicoob Uni.



Seminário de Supervisão Auxiliar.



Seminário de Supervisão Auxiliar.



Comissão de Controles Internos, Riscos e Supervisão Auxiliar.

Na sequência, **30 de outubro de 2025**, foi realizada a **Reunião Técnica da Comissão de Controles Internos, Riscos e Supervisão Auxiliar**, com a participação da Central e das 14 Cooperativas filiadas, tendo como tema a **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)**. Durante a reunião, foram apresentados os principais

conceitos normativos de KYC, KYS e PEP, bem como a ferramenta do SISBR utilizada para as avaliações de relacionamento. O encontro contou ainda com estudo de caso prático e discussões sobre melhores práticas, reforçando as expectativas quanto às formalizações e aos procedimentos adotados pelas Cooperativas.

As iniciativas realizadas ao longo

de 2025 evidenciam o papel ativo da Supervisão Auxiliar na promoção do alinhamento institucional, no fortalecimento da cultura de riscos e controles e no suporte técnico às Cooperativas, contribuindo de forma consistente para a melhoria contínua dos processos e para a sustentabilidade do Sistema Sicoob.



“O ano de 2025 consolidou-se como um período de resultados expressivos e avanços estruturantes para a Central, refletindo uma gestão focada em solidez financeira, sustentabilidade e geração de valor para as Cooperativas singulares.

Entre os principais destaques do ano, a Central realizou a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) às Cooperativas singulares, com rentabilidade equivalente a 100% da taxa Selic, reforçando seu compromisso com a valorização do capital e a entrega de resultados consistentes às filiadas. O período foi encerrado, ainda, com um resultado histórico de aproximadamente R\$ 16,7 milhões em sobras, evidenciando a eficiência da gestão e a robustez

financeira da instituição.

No âmbito estratégico, 2025 foi marcado pela aprovação de uma nova metodologia do Plano de Capitalização da Central. A iniciativa estabeleceu critérios objetivos para o capital mínimo a ser integralizado por cada cooperativa singular, fortalecendo a sustentabilidade do sistema e assegurando a base de capital necessária para sustentar o crescimento, ampliar a utilização de produtos e serviços e mitigar riscos. A medida está alinhada às melhores práticas de governança prudencial e ao fortalecimento de longo prazo do sistema cooperativo. O ano também apresentou desafios relevantes no campo operacional, especialmente diante

do aumento significativo dos ataques cibernéticos no setor financeiro.

Em resposta, a Central promoveu o reforço de seu time de tecnologia e segurança da informação, ampliando sua capacidade de apoio, orientação e prevenção junto às Cooperativas singulares. Como reflexo dessa atuação, a Central consolidou-se como prestadora de serviços de tecnologia, atendendo atualmente seis Cooperativas singulares, reforçando seu papel estratégico no fortalecimento operacional e tecnológico do sistema.”

Thiago Araújo
Diretor Administrativo Financeiro

Contabilidade

76



Em 2025, a **Área de Contabilidade** da Central Sicoob SP manteve seu papel como estrutura técnica de apoio às Cooperativas singulares, atuando na prestação de serviços

contábeis centralizados, no fortalecimento da governança das informações financeiras e na melhoria contínua dos processos contábeis e fiscais do Sistema Regional.

O modelo de Centralização Contábil e Fiscal, iniciado em 2016, segue se consolidando como uma importante alavanca de eficiência para as Cooperativas filiadas. Ao centralizar rotinas contábeis e fiscais na estrutura da Central, o modelo permite padronização de processos, ganho de escala, maior qualidade técnica nas entregas e redução de custos operacionais, ao mesmo tempo em que assegura maior aderência às exigências regulatórias.

Em 2025, a cooperativa Sicoob Cooplivre passou a integrar o modelo de **centralização contábil**, ampliando o alcance da

estrutura de serviços e reforçando a confiança das Cooperativas no modelo de prestação de serviços compartilhados. Atualmente, a área responde tecnicamente pela contabilidade de **12 Cooperativas singulares**, além da própria Central e da Sicoob SP Corretora de Seguros, consolidando-se como um pilar de eficiência e suporte técnico para o Sistema Regional.

Entre as entregas mais relevantes do ano destaca-se a elaboração do primeiro **Balanco Combinado do Sistema Regional Sicoob São Paulo**, referente à data-base de 30 de junho de 2025.

A iniciativa representa um avanço importante em termos de transparência, governança e visão sistêmica, ao permitir a análise consolidada da posição econômica, financeira e patrimonial das entidades do Sistema Regional.

No campo regulatório, a área também conduziu os ajustes necessários para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021, que demandou revisão de processos, aprimoramento de controles e adaptação técnica das rotinas contábeis. Paralelamente, foram implantados **quatro**



projetos de automação de processos, voltados à redução de atividades manuais, aumento da produtividade e melhoria da rastreabilidade das rotinas operacionais.

Essas iniciativas permitiram avanços importantes na

padronização das rotinas contábeis, na gestão dos SLAs e na identificação de oportunidades de melhoria nos processos, contribuindo para maior eficiência operacional e maior qualidade das informações financeiras produzidas.

A área de Contabilidade no seu papel como parceira técnica das Cooperativas, contribui para a qualidade das informações financeiras e para o ganho de eficiência operacional no Sistema Sicoob São Paulo.

Grandes Números da Área de Contabilidade



**12 Cooperativas
+ 1 Corretora
+ 1 Central**

atendidas no processo de Centralização.

60 MIL lançamentos contábeis/mês
(média anual)

670 guias tributárias
geradas por mês





Em 2025, a **Área Financeira** da Central Sicoob SP manteve sua atuação voltada ao fortalecimento da gestão econômico-financeira do Sistema Regional, com foco em ferramentas analíticas, governança financeira e suporte técnico às Cooperativas singulares. A área concentrou esforços na

geração de informações estratégicas para tomada de decisão, no acompanhamento dos indicadores prudenciais e no desenvolvimento de iniciativas que ampliam a capacidade de planejamento e gestão financeira das Cooperativas.

Um dos principais avanços do ano foi a elaboração do **Relatório de Projeções dos Indicadores Prudenciais e Financeiros da Central e das Cooperativas Singulares**. O material passou a consolidar, de forma periódica, os principais indicadores do Sistema Regional com uma visão preventiva e preditiva, permitindo maior capacidade de análise e identificação antecipada de riscos

e oportunidades. A iniciativa fortalece o monitoramento da solidez financeira do sistema e contribui para decisões mais informadas tanto pela Central quanto pelas Cooperativas.

Outro espaço relevante de alinhamento técnico foi a **7ª edição da Comissão de Finanças**, que reuniu dirigentes das Cooperativas singulares e a Diretoria Executiva

da Central para discussão de temas estratégicos relacionados à gestão financeira do sistema. O encontro também contou com a participação do Diretor Financeiro do CCS, Janderson Facchin, promovendo troca de experiências e atualização sobre temas relevantes para a sustentabilidade financeira das Cooperativas.

Ao longo do ano, a área também

intensificou o suporte técnico direto às Cooperativas, contribuindo para o aprimoramento de suas ferramentas e modelos de gestão financeira. Entre os destaques estão o apoio na **implantação da ferramenta SGR Contas a Pagar**, fortalecendo a organização e o controle das rotinas financeiras, e a implementação da **metodologia de Orçamento Matricial de Base Zero**, iniciativa que contribui para maior racionalização de despesas e melhoria na alocação de recursos. Adicionalmente, a área seguiu acompanhando a evolução da estrutura de capital do

sistema, com a conclusão do **ciclo de capitalização do triênio 2023–2025** e a estruturação do **novo plano para o período de 2026–2028** que incorpora critérios mais objetivos para a definição do capital mínimo a ser integralizado pelas Cooperativas, fortalecendo a sustentabilidade financeira da Central e do Sistema Regional.

A área Financeira solidifica sua parceria estratégica com as Cooperativas, contribuindo para o aprimoramento da gestão financeira, com a antecipação de riscos e para o fortalecimento da solidez do Sistema Sicoob na região.



7ª Comissão de Finanças que está sendo citada no relatório.



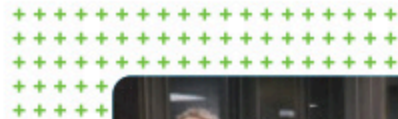
Workshop de Investimento do Sicoob



15º Congresso Internacional de Gestão de Riscos

Administrativo e Backoffice

84



Em 2025, a **Área Administrativa** da Central Sicoob SP, responsável pelas frentes de **Suprimentos e Backoffice**, concentrou esforços no aprimoramento de processos internos e na implantação

de ferramentas voltadas ao aumento da eficiência operacional, à padronização de rotinas e ao fortalecimento dos controles administrativos que apoiam as operações das Cooperativas singulares.

Entre os avanços do ano, destaca-se a **revisão e automação do fluxo de contratos da Central**, iniciativa conduzida em parceria com a Área de Tecnologia por meio da plataforma LECOM. A melhoria permitiu maior organização do processo, redução de etapas manuais e reforço dos controles de conformidade, contribuindo para maior agilidade e segurança na gestão contratual das áreas envolvidas.

Outro passo importante foi a **implantação da ferramenta LECOM** para o atendimento das demandas de Backoffice, consolidando em uma única plataforma as solicitações que anteriormente eram realizadas por diferentes canais. A mudança trouxe ganhos relevantes de organização, rastreabilidade e direcionamento das demandas para os responsáveis, permitindo

maior eficiência no atendimento interno e melhor acompanhamento das solicitações. No apoio às Cooperativas, a área também teve papel fundamental na **estruturação**



dos processos relacionados ao repasse de recursos do Funcafé, no qual a Central Sicoob SP atua como instituição repassadora. Coube à equipe de Backoffice definir e implantar os fluxos operacionais necessários para garantir a condução eficiente das operações realizadas pelas Cooperativas singulares, além de

estabelecer padrões de controle e conformidade alinhados às exigências do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

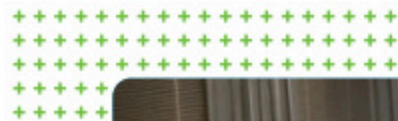
As frentes conduzidas ao longo do ano reforçam o compromisso da Área Administrativa com a melhoria contínua dos processos

internos, gerando maior eficiência operacional, segurança nos procedimentos e suporte qualificado às atividades da Central e das Cooperativas filiadas.



Tecnologia da Informação

88



Em 2025, a **Área de Tecnologia da Informação** da Central Sicoob SP concentrou sua atuação no fortalecimento do modelo de centralização de serviços tecnológicos, iniciativa voltada à geração de eficiência operacional, ao aumento da segurança dos ambientes digitais e à ampliação do suporte

técnico às Cooperativas singulares. Esse modelo permite que as Cooperativas reduzam a complexidade de suas estruturas tecnológicas e direcionem maior foco ao seu core de negócios, contando com uma estrutura especializada para a gestão de tecnologia.

O **Serviço Centralizado de Tecnologia**, implantado em 2024, avançou de forma relevante ao longo de 2025, com a adesão de novas Cooperativas ao modelo. Com isso, a Central passou a atender seis Cooperativas por meio da estrutura compartilhada de tecnologia, reforçando os ganhos de escala.

A estrutura de atendimento foi organizada para apoiar as Cooperativas nos pilares de Segurança, contribuindo para ambientes tecnológicos mais seguros e eficientes.

No campo da **segurança cibernética**, a área intensificou as ações voltadas à proteção dos ambientes digitais das Cooperativas, incluindo a gestão contínua de vulnerabilidades,

aplicação de boas práticas de segurança em servidores e atualização sistemática de sistemas e aplicações. Essas iniciativas contribuem para reduzir riscos operacionais e fortalecer



Gestão Sistêmica de **RISCO E SEGURANÇA** CIBERNÉTICOS



a resiliência dos ambientes tecnológicos frente às ameaças digitais.

Outro avanço importante foi a conclusão, ao final de 2025, do processo de implantação do **projeto de Gestão Sistêmica de Riscos e Segurança Cibernética do Centro Cooperativo Sicoob (CCS)**. A iniciativa padronizou soluções tecnológicas essenciais para o fortalecimento da segurança digital do sistema e permitiu que a Central assumisse o papel de suporte técnico às Cooperativas nas soluções implantadas, atuando como primeiro nível de atendimento especializado.

No indicador de maturidade em segurança cibernética do Pacto Sistêmico, que possui uma meta nacional de 2,5, a Central já encerrou o ano de 2025 com uma pontuação de 2,8 em uma escala de até 3, demonstrando elevado nível de aderência às boas práticas de segurança do sistema e com expectativa de atingir o nível máximo de maturidade ao longo de 2026.

Com a ampliação do modelo de serviços centralizados e o avanço das iniciativas de segurança e suporte tecnológico, a área de Tecnologia da Informação auxilia o foco da Central em elevar a eficiência operacional

do Sistema Regional, apoiando as Cooperativas com uma infraestrutura mais segura, padronizada e preparada para os desafios da transformação digital.





Grandes Números da Central Sicoob SP

93



R\$ 48,1

Bilhões de
Ativos Totais



547.035

Associados



14 SEDES

Cooperativas



249

Municípios



393

Postos de
Atendimento

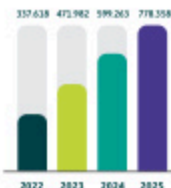
Números da Central

Em milhares de reais

PATRIMÔNIO LÍQUIDO



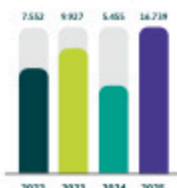
CAPITAL SOCIAL



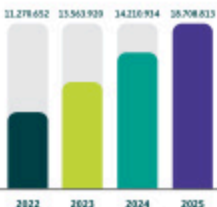
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO



SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS



ATIVOS TOTAIS



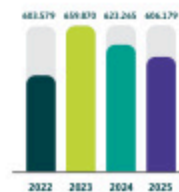
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA



Números das Cooperativas

Em milhares de reais

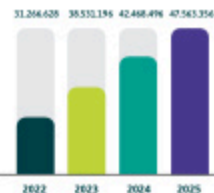
SOBRAS ACUMULADAS



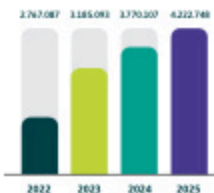
PATRIMÔNIO LÍQUIDO



ATIVOS



CAPITAL SOCIAL



DEPÓSITOS À PRAZO



DEPÓSITOS À VISTA



OPERAÇÕES DE CRÉDITO





Números das Cooperativas

Em milhares de reais



Números das Cooperativas

Em milhares de reais



Demonstrações Financeiras da Central Sicoob SP

BALANÇO PATRIMONIAL | EM REAIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO | SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71

99

	Notas	31/12/2025
ATIVO		16.708.812.596,28
DISPONIBILIDADES		3.000,00
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		6.745.893.062,89
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	523.823.321,05
Títulos e Valores Mobiliários	6.2	8.037.562.355,06
Relações Interfinanceiras	6.3	163.506.530,22
Outros Ativos Financeiros	7	872.896,64
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		11.294.518.240,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.3	11.294.518.240,00
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		1.271.398.110,27
Títulos e Valores Mobiliários	6.4	1.271.398.110,27
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS		4.385.197,07
OUTROS ATIVOS		1.122.809,27
INVESTIMENTOS		382.641.276,46
MOBILIZADO DE USO INTANGÍVEL		11.292.787,29
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(5.294.344,16)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Intangível de Uso	11	(5.094.563,85)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	12	(199.680,31)
TOTAL DO ATIVO		16.708.812.596,28
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.708.812.596,28
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO		17.864.781.390,69
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		13 17.823.776.686,16
Contratação Financeira - Cooperativas		17.523.776.686,16
OUTROS PASSIVOS		338.686.228,81
Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	338.686.228,81
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas		1.112.950,16
Outras Obrigações		11.006.029,04
PROVISÕES		2.318.809,82
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros		0,94
Provisão para Pagamento à Emissão		2.307.806,83
Provisão para Contingências		10.811,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16 944.061.165,89
Capital Social		779.357.511,73
Reservas de Sobras		87.092.627,64
Outros Resultados Abrangentes		(43.472,57)
Sobras Acumuladas		8.654.499,79
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.708.812.596,28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS | EM REAISCOOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO | SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.582.871.811,93	2.197.869.024,38
Resultado de Retações e Resgates Interfinanceiros	6.9 a)	3.155.632,01	3.253.796,59
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.7 b)	160.292.306,81	301.628.081,71
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.7 a)	1.119.523.873,11	1.892.396.536,17
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	(1.540.391.987,73)	(2.116.060.728,72)
Operações de Captação no Mercado		(50.300.310,19)	(157.494.147,77)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.190.011.677,54)	(1.958.566.580,95)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		42.579.824,20	81.808.295,66
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	6.9 b)	(7.877,68)	(8.917,96)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		42.572.146,68	81.800.277,70
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		11.878.824,78	29.757.912,47
Despesas de Pessoal	19	(13.076.241,74)	(29.733.167,34)
Outras Despesas Administrativas	20	(5.606.904,40)	(10.121.138,53)
Despesas Tributárias	21	(65.377,80)	(130.115,33)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10.1	(1.825.836,04)	26.933.219,14
Outras Despesas Operacionais	22	(472.823,52)	(991.322,36)
Outras Receitas Operacionais	23	35.527.708,68	48.229.596,89
PROVISÕES		(2.242,96)	(10.811,78)
Provisões/Reversões para Contingências	24	(2.242,96)	(10.811,78)
RESULTADO OPERACIONAL		54.546.428,47	111.546.478,42
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	25	48.943,28	228.743,39
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		54.595.371,66	111.775.221,81
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		63.920,00	-
Imposto de Renda Sobre Alts Não Cooperados		36.900,00	-
Contribuição Social Sobre Alts Não Cooperados		26.970,00	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(3.484.763,68)	(3.901.022,38)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		51.104.828,81	108.274.199,43

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES | EM REAISCOOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO | SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71

	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	51.164.528,81	108.274.189,43
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(412.086,59)	(1.874.449,30)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado		
Ajuste de avaliação patrimonial	(412.086,59)	(1.874.449,30)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	50.752.442,22	106.399.740,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | EM REAIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO | SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 31/12/2024	589.263.371,26	-	48.409.894,86	4.775.146,62	1.830.976,73	3.558.795,53	656.838.185,00
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Aumento de capital com sobras	3.558.795,53	-	-	-	-	(3.558.795,53)	0,00
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	64.000.000,00	-	-	-	-	-	64.000.000,00
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	(150.562,99)	-	-	(150.562,99)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	570.153,09	570.153,09
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	108.274.189,43	108.274.189,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.874.449,30)	-	(1.874.449,30)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(91.535.344,94)	(91.535.344,94)	(91.535.344,94)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	91.535.344,94	-	-	-	-	-	91.535.344,94
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	-	6.058.149,15	-	-	(6.058.149,15)	0,00
FATES - Altos Cooperativos	-	-	-	-	(2.596.349,64)	(2.596.349,64)	(2.596.349,64)
Saldo em 31/12/2025	778.357.511,73	0,00	52.468.044,01	4.824.583,63	(43.472,57)	8.654.498,79	844.061.165,59

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldo em 30/06/2025	672.822.166,79	(35.000.000,26)	48.409.894,86	4.775.146,62	368.614,02	57.109.660,62	746.485.482,65
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização	14.000.000,00	35.000.000,26	-	-	-	-	49.000.000,26
Reversão/Realização de Reservas	-	-	-	(150.562,99)	-	-	(150.562,99)
Reversão/Realização de Fundos	-	-	-	-	-	570.153,09	570.153,09
Sobras do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	-	-	\$1.164.528,81	\$1.164.528,81
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(412.086,59)	-	(412.086,59)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(91.535.344,94)	(91.535.344,94)	(91.535.344,94)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	91.535.344,94	-	-	-	-	-	91.535.344,94
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva	-	-	6.058.149,15	-	-	(6.058.149,15)	0,00
FATES - Altos Cooperativos	-	-	-	-	(2.596.349,64)	(2.596.349,64)	(2.596.349,64)
Saldo em 31/12/2025	778.357.511,73	0,00	52.468.044,01	4.824.583,63	(43.472,57)	8.654.498,79	844.061.165,59

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA | EM REAIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO | SICOOB SP
CNPJ: 63.917.579/0001-71

	Notas	2º Sem. 2025	30/12/2025
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		64.696.371,86	111.776.221,81
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	23.a)	(28.120.947,26)	(28.120.947,26)
Resultado de Equivalências Patrimoniais	10.1	1.829.836,94	(25.503.219,14)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.9.9)	7.877,35	8.017,95
Provisões/Reversões para Contingências	24	2.242,96	10.811,75
Atualização de Depósitos em Garantia	-	-	(177,43)
Depreciações e Aminoventos	23	(570.491,39)	(590.665,94)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		28.886.296,71	68.121.273,63
Aumento/(Redução) em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.577.628.982,83	2.165.534.707,54
Títulos e Valores Mobiliários		(3.954.324.416,52)	(433.463.830,29)
Relações Interfinanceiras		(158.069.382,75)	(163.044.547,24)
Outros Ativos Financeiros		858.265,18	327.046,98
Ativos Financeiros Correntes e Diferidos		(4.225.670,72)	(4.281.095,29)
Outros Ativos		1.489.913,53	2.183.960,06
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Prazo		(602.049.627,30)	(2.062.563.477,97)
Relações Interfinanceiras		3.201.045.857,35	6.075.239.690,91
Obrigações por Emprestimos e Repessas		317.055.725,14	328.537.215,81
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		430.825,22	136.532,84
Outros Passivos		(80.028.026,87)	(94.721.258,38)
FATES - Altos Cooperativos	16.5	(2.596.349,64)	(2.596.349,64)
Reversão/Realização de Fundos	16.5	570.153,09	570.153,09
Imposto de Renda Pago		1.175,52	-
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.804.671.117,87	5.837.336.882,73
Atividades de Investimentos			
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		28.120.947,26	28.120.947,26
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.939.295,16)	(5.574.956,98)
Aquisição de Investimentos		(48.657.178,82)	(44.269.143,79)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(23.475.426,72)	(23.744.047,48)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		49.000.000,26	84.000.000,00
Juros sobre o Capital Próprio, líquido		91.535.344,94	91.535.344,94
Reversão/Realização de Reservas		(150.562,99)	(150.562,99)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		140.384.782,21	175.384.781,95
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.721.479.473,36	5.889.970.817,19
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		9.922.620.807,81	4.754.129.403,78
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		10.744.100.280,97	10.744.100.280,97
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.721.479.473,36	5.889.970.817,19

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo doravante denominado Sicoob São Paulo, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o Sicoob São Paulo coordena as ações de suas filiadas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O Sicoob São Paulo integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediada à Avenida Professor João Fiúsa, nº 2604, Jardim Canadá, Ribeirão Preto - SP.

O Sicoob São Paulo, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes

operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às Cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 29/01/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para Investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

a.6 - Mudanças do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";

a.7 - Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como "ativo financeiro com problema de recuperação de crédito";

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2). A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 e 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, prevendo a substituição gradativa dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS e ISS) pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Durante o exercício de 2025, as instituições financeiras e Cooperativas de crédito permanecem enquadradas no regime específico para serviços financeiros, nos termos das normas complementares em discussão, não havendo, até a presente data, obrigação de adoção antecipada dos novos tributos.

No período, o Sistema Cooperativo realizou análise preliminar dos potenciais efeitos da nova tributação, considerando:

- (i) a manutenção da não incidência sobre atos cooperativos, princípio constitucional preservado;
- (ii) eventuais impactos na tributação de atos não cooperativos e receitas acessórias; e
- (iii) possíveis adequações operacionais e sistêmicas decorrentes da transição aos novos modelos de apuração.

A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo. A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará o seguinte escalonamento de implementação:

- 1º de janeiro de 2025: Produção de efeitos para alguns artigos específicos (ex: artigos. 35, 58, 60 §3º, 62, 266, entre outros).

- 1º de maio de 2025: Produção de efeitos dos artigos 537 a 540 (quatro meses após a publicação).

- 1º de janeiro de 2026: Produção de efeitos para a maior parte dos dispositivos.

- 1º de janeiro de 2027 a 2033: Produção de efeitos escalonada para dispositivos mais complexos, como os relacionados à transição tributária e à substituição integral de tributos antigos.

Com base nas informações regulatórias disponíveis até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados efeitos contábeis relevantes a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício. A cooperativa continuará acompanhando a regulamentação infraconstitucional e os atos normativos futuros que definirão o tratamento específico aplicável às instituições financeiras e ao cooperativismo de crédito, avaliando eventuais impactos contábeis, operacionais e tributários à medida que forem estabelecidos requisitos definitivos.

Resolução CMN nº 4.966/2021 – Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 – Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3 – Resumo das Principais Políticas Contábeis

3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.2 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, por aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários de curto prazo,

de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.4 Instrumentos financeiros

i) Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento

que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

ii) Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos

ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

iii) Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

iv) Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.5 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos

financeiros derivativos.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

i) Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para: Aplicações interfinanceiras de liquidez; Títulos e valores mobiliários; Operações de créditos; Outros ativos financeiros; e Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

ii) Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data

da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime). **Estágio 3:** refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre: A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

a) Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a 26 cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

b) Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.11 Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.12 Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa Central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria

administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.13 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.14 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN nº 4.817/2020.

3.15 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens.

3.16 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear.

3.17 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.18 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.19 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

3.20 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.21 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

3.22 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto

9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as Cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas Cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades Cooperativas.

3.23 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.24 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.25 Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 4.982.420.751,90. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 5.826.481.917,49. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 835.809.605,97.

3.26 Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e

controlar as atividades da Cooperativa Central e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.27 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.28 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4 Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021:

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024	655.838.185,00
Perda esperada de crédito para operações de crédito	-
Perda esperada de crédito para demais ativos financeiros	-
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	-
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	-
Outros (2)	-
Patrimônio Líquido conforme a Resolução CMN 4.966/2021 em 1 de janeiro de 2025	655.838.185,00

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remunerações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	8.371.185.378,37	-	2.691.480.999,54	Ativo Financeiro ao Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	-	5.679.704.378,83	Ativo Financeiro ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	5.579.965.080,89	-	679.916.712,26	Ativo Financeiro ao Custo Amortizado
			-	3.944.414.076,13	Ativo Financeiro ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes
	Provisão para perdas esperadas	-	-	893.634.192,50	Ativo Financeiro ao Valor Justo no Resultado
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	899.726,19	-	899.726,19	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		13.890.050.185,45	-	13.890.050.185,45	

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remunerações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Depósitos	2.092.583.477,97	-	2.092.583.477,97	Passivo Financeiro ao Custo Amortizado
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	11.448.536.965,25	-	11.448.536.965,25	Passivo Financeiro ao Custo Amortizado
Total Passivos Financeiros		13.541.120.443,22	-	13.541.120.443,22	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5 Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	3.000,00	-	3.000,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	9.539.743.514,42	-	9.539.743.514,42
Títulos e valores mobiliários	1.204.353.766,55	-	1.204.353.766,55
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	10.744.100.280,97	-	10.744.100.280,97

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração de 101% utilizados na gestão de fluxo de caixa da Cooperativa Central.

6 Instrumentos Financeiros

6.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são compostos pelos recursos provenientes Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	523.823.321,05	-	523.823.321,05
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	523.823.321,05	-	523.823.321,05
Títulos e Valores Mobiliários	5.057.560.355,08	-	5.057.560.355,08
Títulos Públicos Federais	5.057.560.355,08	-	5.057.560.355,08

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 101,5% e 109% do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.294.518.240,60	-	-	11.294.518.240,60
Aplicações em Operações Compromissadas (b)	909.186.373,29	-	-	909.186.373,29
Demais Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (a)	10.385.331.867,31	-	-	10.385.331.867,31

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

b) Referem-se às aplicações em Títulos Públicos Federais com remuneração média de 100% do CDI.

6.4 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	1.271.998.110,27	-	1.271.998.110,27
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen	31.049.656,80	-	31.049.656,80
Cotas de Fundo	1.204.353.766,55	-	1.204.353.766,55
Participação em Cooperativas, Exceto Cooperativa Central de Crédito (a)	36.492.686,92	-	36.492.686,92
Outras Participações (a)	102.000,00	-	102.000,00

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se a saldos de participações de Cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.5 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Operações Compromissadas	-	909.186.373,29	-	909.186.373,29
Demais Aplicação em Depósitos Interfinanceiros (Nota 27.5)	746.890.107,35	9.850.177.924,45	312.087.156,56	10.909.155.188,36
TOTAL	746.890.107,35	10.759.364.297,74	312.087.156,56	11.818.341.561,65

b) Títulos e Valores Mobiliários

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais - No País	-	-	5.057.560.355,08	5.057.560.355,08
Títulos que compõem o PR de Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central	-	-	31.049.656,80	31.049.656,80
Cotas de Fundo	1.204.353.766,55	-	-	1.204.353.766,55
Participações de Cooperativas	-	-	36.594.686,92	36.594.686,92
TOTAL	1.204.353.766,55	-	5.125.204.698,80	6.329.558.465,35

6.6 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	5.745.328.223,37	(8.017,02)	5.745.320.206,35
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	11.294.518.240,60	-	11.294.518.240,60
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	1.271.998.110,27	-	1.271.998.110,27

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.119.523.823,11	1.892.986.556,17
TOTAL	1.119.523.823,11	1.892.986.556,17

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	87.528.842,44	168.864.715,53
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	72.763.514,72	124.298.300,64
Lucros com Títulos de Renda Fixa	-	8.574.427,27
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-	(108.761,73)
TOTAL	160.292.357,16	301.628.681,71

6.8 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.818.341.561,65	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.088.670.011,88	-	-
TOTAL	16.906.951.573,53	-	-

6.9 Relações e Repasses Interfinanceiros

As relações e Repasses Interfinanceiros, classificados ao custo amortizado, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores por Repasses de Recursos do Crédito Rural (Nota 27.3)	160.394.550,88	3.549.996,36	163.944.547,24
(-) Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito (b)	(8.017,02)	-	(8.017,02)
TOTAL	160.386.533,86	3.549.996,36	163.936.530,22

a) Resultado de Relações e Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025
Rendas de Repasses Interfinanceiros	3.253.786,50
TOTAL	3.253.786,50

b) Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito - Relações e Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Relações Interfinanceiros	170,02
Provisões para Relações Interfinanceiros	(8.187,04)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(0,94)
TOTAL	(8.017,96)

7 Outros Ativos Financeiros

Os Outros Ativos Financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 7.2)	-	10.514,05	10.514,05
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.1)	337.420,19	224.922,40	562.342,59
TOTAL	337.420,19	235.436,45	572.856,64

7.1 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito (a)	337.420,19	224.922,40	562.342,59
TOTAL	337.420,19	224.922,40	562.342,59

(a) Trata-se do custo da obra do PA Compartilhado situado na Dabi Business Park, rateado entre cinco Cooperativas singulares. Será reembolsado em 48 meses, a findar em agosto/2027.

7.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	10.514,05	10.514,05
TOTAL	-	10.514,05	10.514,05

8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	4.314.976,47	-	4.314.976,47
CSLL não compensado no próprio exercício	66.844,95	-	66.844,95
PIS - a compensar	601,14	-	601,14
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	2.774,51	-	2.774,51
TOTAL	4.385.197,07	-	4.385.197,07

9 Outros Ativos

Os Outros Ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	43.641,13	-	43.641,13
Devedores Diversos – País (Nota 9.1)	423.929,62	-	423.929,62
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (Nota 9.2)	-	654.438,52	654.438,52
TOTAL	467.570,75	654.438,52	1.122.009,27

9.1 Devedores Diversos – País

Em Devedores Diversos – País estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	569,36	-	569,36
Cooperativas Filiadas	405.442,25	-	405.442,25
Outros Devedores Diversos	17.918,01	-	17.918,01
TOTAL	423.929,62	-	423.929,62

9.2 Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

10 Investimentos

Os Investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto no País (Nota 27.5)	-	382.641.376,46	382.641.376,46
TOTAL	-	382.641.376,46	382.641.376,46

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de Cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

10.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025	
Descrição	Banco Sicoob
Número de ações/quotas emitidas pelo Banco Sicoob	2.470.197.524,00
Número de ações/quotas	161.192.895,00
Patrimônio Líquido da Investida	5.864.446.857,87
% de Participação no Capital Social das Investidas	6,53%
Valor do Investimento	382.641.376,46
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	26.503.219,14

10.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025	
Descrição	Banco Sicoob
Saldo em 31 de dezembro de 31/12/2024	314.842.836,04
Aumento de Capital	85.724.700,76
Equivalência Patrimonial	26.503.219,14
Dividendos Recebidos	(42.554.930,18)
Ajuste a Valor de Mercado	(1.874.449,30)
Saldo em 31/12/2025	382.641.376,46

11 Imobilizado de Uso

Os montantes do Imobilizado de Uso estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025			
	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso		117.979,25	-	117.979,25
Instalações	10% - 21%	3.616.089,68	(1.033.944,54)	2.582.145,14
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	3.986.371,09	(1.789.192,62)	2.197.178,47
Veículos	20%	179.800,00	(26.970,03)	152.829,97
Ativo de Direito de Uso – Arrendatário (a)		3.392.517,28	(244.456,66)	3.148.060,62
TOTAL		11.292.757,30	(3.094.563,85)	8.198.193,45

a) Celebramos contratos de arrendamento que são registrados como Ativo de Direito de uso no ativo imobilizado. As obrigações estão registradas em Passivo de Arrendamento nota 14.1.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício.

Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

12 Intangível

Em montantes do Intangível estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025			
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	246.646,48	(193.280,31)	53.366,17
Licenças e Direitos Autorais de Uso	20%	6.400,00	(6.400,00)	-
Total Intangível e Ágio		253.046,48	(199.680,31)	53.366,17

13 Relações Interfinanceiras

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 31/12/2025, equivalem a 100% do CDI.

13.1 Centralização Financeira – Cooperativas

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira – Cooperativas (Nota 27.3)	17.523.776.656,16	-	17.523.776.656,16
TOTAL	17.523.776.656,16	-	17.523.776.656,16

14 Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 14.1)	320.405.282,28	6.131.933,53	326.537.215,81
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 14.2)	1.112.950,16	-	1.112.950,16
Outras Obrigações (Nota 14.3)	11.006.059,04	-	11.006.059,04
TOTAL	332.524.291,48	6.131.933,53	338.656.225,01

14.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País - Instituições Oficiais (a)	319.898.373,12	3.549.996,36	323.448.369,48
Passivo de Arrendamento (b)	506.909,16	2.581.937,17	3.088.846,33
TOTAL	320.405.282,28	6.131.933,53	326.537.215,81

a) As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento correspondem a uma média de 9,90% ao ano, com vencimento até 24/11/2027.

b) Os pagamentos dos contratos de arrendamentos estão registrados em passivo de arrendamento e reconhecidos o direito de uso no ativo imobilizado, demonstrado na nota 11, abaixo o reconhecimento das despesas.

c) Despesa com Arrendamento – Arrendatário

Descrição	Valor Contábil
Despesa de Depreciação de Direito de Uso – Arrendatário	(244.456,66)
Despesa Financeira – de Juros Passivo de Arrendamento – Arrendatário (Nota 18)	(9.319,87)
TOTAL	(253.776,53)

d) Despesas de Operações de Repasses

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Instituições Oficiais (Nota 18)	(11.350.954,03)	(11.602.597,10)
TOTAL	(11.350.954,03)	(11.602.597,10)

14.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	40.469,23	-	40.469,23
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.072.480,93	-	1.072.480,93
TOTAL	1.112.950,16	-	1.112.950,16

14.3 Outras Obrigações

Os saldos de Outras Obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (b)	8.687.885,24	-	8.687.885,24
Credores Diversos – País (c)	2.177.287,91	-	2.177.287,91
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	140.885,89	-	140.885,89
TOTAL	11.006.059,04	-	11.006.059,04

(a) Os saldos registrados em "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" correspondem aos valores a pagar a fornecedores, decorrentes da aquisição de bens ou serviços realizada a prazo.

(b) A seguir, a composição dos saldos de Passivos Sociais e Estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados a)	3.737.077,21	-	3.737.077,21
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	4.950.808,03	-	4.950.808,03
TOTAL	8.687.885,24	-	8.687.885,24

a) A Participação dos empregados nos Resultados está substanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Crédito de Filíadas	30.582,24	-	30.582,24
Pendências a Regularizar	27.803,94	-	27.803,94
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	15.171,53	-	15.171,53
Outros Credores Diversos – País (a)	2.103.730,20	-	2.103.730,20
TOTAL	2.177.287,91	-	2.177.287,91

(a) Os saldos em Outros Credores Diversos – País referem-se, substancialmente, a valores recebidos do Banco Sicoob e repassados às Cooperativas singulares.

15 Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	0,94	-	0,94
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 15.1)	2.307.696,83	-	2.307.696,83
Provisão para Contingências (Nota 15.2)	-	10.811,75	10.811,75
TOTAL	2.307.697,77	10.811,75	2.318.509,52

15.1 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.646.513,63	-	1.646.513,63
Segurança e Vigilância	12.935,65	-	12.935,65
Manutenção e Conservação de Bens	239.259,82	-	239.259,82
Seguro	181.693,84	-	181.693,84
Aluguéis	24.414,93	-	24.414,93
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	202.878,96	-	202.878,96
TOTAL	2.307.696,83	-	2.307.696,83

15.2 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

a) Composição da Provisão para Contingências

Descrição	31/12/2025
	Provisão para Contingências
Cíveis	10.811,75
TOTAL	10.811,75

b) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível
Saldo em 01 janeiro de 2025	-
Constituição da provisão	19.380,54
Reversão da provisão	(8.568,79)
Utilização durante o exercício	-
Atualização durante o exercício	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.811,75

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob São Paulo, na data base de 31 de dezembro de 2025, não existiam processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo classificados com risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	778.357.511,73
Singulares Filadas	14

16.2 Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

16.3 Reservas para Contingências

Registra os valores do Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV, constituído em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2021, visando o atendimento dos interesses das Singulares Filadas.

16.4 Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, artigo 44 da Lei nº 5.764/1971 e artigo 17 da Lei Complementar nº 130/2009 os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024 da seguinte forma:

· 100% para o capital social, no valor de R\$ 3.558.795,53.

16.5 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras à disposição da Assembleia Geral.

Descrição	Valores
Sobra Líquida do Exercício 31/12/2025	16.738.844,49
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	-
Absorção de FATES	570.153,09
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	17.308.997,58
Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(6.058.149,15)
Destinação para o FATES – atos cooperativos (b)	(2.596.349,64)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	8.654.498,79

a) 35% para o Fundo de Reserva, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 15% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada antes das destinações legais e estatutárias.

16.6 Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 91.535.344,94. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

16.7 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2025, o SICOOP SÃO PAULO realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, (listar as demais participações avaliadas pelo MEP) pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

17 Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	28.120.047,26
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(9.319,86)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(477.340,46)
Resultado Operacional	27.633.386,94
Receitas (despesas) Não Operacionais, líquidas	228.743,39
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	27.862.130,33
IRPJ/CSLL	-
Deduções de Receitas com Associados - Res. Sicoob 129/16 e 145/16 (a)	(28.120.047,26)
Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)	(257.916,93)

a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõem a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao FATES de Resultados com Não associados.

18 Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Captação (Nota 27.3)	(50.380.310,19)	(157.494.147,77)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 14.1.d))	(11.350.954,03)	(11.602.597,10)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (Nota 27.3)	(1.178.651.459,78)	(1.946.954.663,98)
Despesas de Arrendamento (Nota 14.1.c))	(9.263,73)	(9.319,87)
TOTAL	(1.240.391.987,73)	(2.116.060.728,72)

19 Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	(97.055,93)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração (Nota 27.1)	(2.246.989,49)	(4.262.636,63)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.002.070,58)	(5.648.180,63)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.571.095,98)	(4.796.763,13)
Despesas de Pessoal - Proventos	(5.563.224,25)	(10.706.492,79)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(161.306,52)	(163.236,87)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(31.554,92)	(58.801,36)
TOTAL	(13.576.241,74)	(25.733.167,34)

20 Outros Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(79.986,03)	(143.702,00)
Despesas de Aluguéis	(212.003,10)	(741.935,91)
Despesas de Comunicações	(108.127,88)	(171.005,02)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(204.826,87)	(422.330,85)
Despesas de Material	(76.820,15)	(119.116,44)
Despesas de Processamento de Dados	(1.241.830,78)	(1.924.065,94)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(256.293,52)	(421.038,67)
Despesas de Seguros	(285.124,41)	(381.472,90)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(907.276,86)	(1.669.756,45)
Despesas de Serviços de Terceiros	(59.200,27)	(97.077,83)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(116.711,70)	(219.229,58)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(699.390,54)	(1.441.876,70)
Despesas de Transporte	(70.844,91)	(131.002,80)
Despesas de Viagem no País	(329.218,21)	(608.613,04)
Despesas de Amortização	(682,62)	(1.365,24)
Despesas de Depreciação	(569.809,37)	(949.300,70)
Outras Despesas Administrativas (a)	(388.757,18)	(678.218,46)
TOTAL	(5.606.904,40)	(10.121.108,53)

a) Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(13.634,76)	(27.515,59)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.823,52)	(2.392,78)
Copa/Cozinha	(55.655,63)	(96.255,47)
Lanches e Refeições	(72.958,73)	(119.866,48)
Uniformes e Vestuários	(13.980,00)	(21.952,20)
Contribuição a OCE	(53.252,68)	(101.951,38)
Taxas da Junta Comercial	(87,74)	(2.443,33)
Medicamentos	-	(266,22)
Multas e Juros Diversos	(4.182,05)	-
Multas por Rescisão Contratual	-	(4.493,10)
Mensalidades Diversas	(53.900,21)	(95.359,22)
Ações Judiciais	(21.585,16)	(21.585,16)
Outras Despesas Administrativas	(97.696,70)	(184.137,53)
TOTAL	(388.757,18)	(678.218,46)

21 Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Despesas Tributárias	(12.420,90)	(27.619,82)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(52.956,90)	(102.495,51)
TOTAL	(65.377,80)	(130.115,33)

22 Outras Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(463.849,73)	(977.068,36)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(8.974,19)	(14.254,00)
TOTAL	(472.823,92)	(991.322,36)

23 Outras Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	4.269.405,12	10.841.270,24
Atualização Depósitos Judiciais	177,43	177,43
Outras Rendas Operacionais (a)	29.258.126,13	29.388.059,22
TOTAL	33.527.708,68	40.229.506,89

a) Refere-se, substancialmente, aos Juros sobre Capital Próprio recebidos do Banco Sicoob (R\$ 28.120.047,26).

24 Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(10.811,75)	(19.380,54)
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	8.568,79	8.568,79
Provisões/Reversões para Contingências	(2.242,96)	(10.811,75)
TOTAL	(2.242,96)	(10.811,75)

25 Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Próprios	4.928,24	4.928,24
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda – Recebidos	37.597,89	37.597,89
Outras Rendas não Operacionais	6.417,26	186.217,26
Receitas não operacionais	48.943,39	228.743,39
TOTAL	48.943,39	228.743,39

26 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

27 Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

27.1 Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes de remuneração do pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009, foram:

Descrição	2º sem/2025	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.246.989,49)	(4.262.636,63)

27.2 Operações com entidades relacionadas

As operações do Sicoob São Paulo são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

27.3 Cooperativas Singulares filiadas

A Central é composta por 14 Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do Sicoob São Paulo e seus donos.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Ativo		
Repasse Interfinanceiros (Nota 6.9)	163.944.547,24	3.253.786,50
Passivo		
Depósitos a Prazo (Nota 18)	-	(157.494.147,77)
Centralização Financeira (Nota 13.1) (Nota 18)	17.523.776.656,16	(1.946.954.663,98)
Patrimônio Líquido		
Capital Social (Nota 16)	778.357.511,73	

27.4 Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma Cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Ativo		
Participações de Cooperativas	35.997.512,57	-

27.5 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a Cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Ativo		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.5.a))	10.909.155.188,36	1.839.639.099,31
Investimentos (a) (Nota 10)	382.641.376,46	54.623.266,40
Patrimônio Líquido		
Ajustes em Investimentos	(43.472,57)	-

(a) O valor de investimento pode ser conferido com a nota 10 – Investimentos.

27.6 SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.

Em 2020 foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas Cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Ativo		
Participações de Cooperativas	51.000,00	-

27.7 Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.

Em 2020 foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas Cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL) 31/12/2025	Receitas / Despesas 31/12/2025
Ativo		
Participações de Cooperativas	51.000,00	-

28 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	514.666.546,10
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.819.260.386,50
Índice de Basileia (mínimo 10,5%)	17,50%

29 Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

29.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

29.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos ;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição ;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito; avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e

conformidade dos processos.

29.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- resultado de intermediação financeira (ΔNI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do

conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

29.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou

em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1 limite mínimo de liquidez;
- b.1 fluxo de caixa projetado;
- c.1 aplicação de cenários de estresse;
- d.1 definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das Cooperativas do Sicoob.

29.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de

associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

29.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

29.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto

(AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

29.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para

mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

30 Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

RIBEIRÃO PRETO-SP



RODRIGO MATHEUS SILVA DE MORAES
DIRETOR EXECUTIVO



JORGE LOPES SANTOS
DIRETOR DE SUPERVISÃO E RISCOS



THIAGO MILSON DE ALVARENGA ARAUJO
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



GABRIEL BARALDI ZOLLA
CONTADOR - 1SP293385

Introdução

O Comitê de Auditoria da Central Sicoob São Paulo é um órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções.

O colegiado é composto por três membros nomeados e suas atribuições se encontram formalizadas em seu Regimento Interno, com última atualização aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de outubro de 2025. Ainda, observam-se as disposições previstas no Estatuto Social e na Resolução CMN nº 4910, de 2021.

Compete ao Comitê de Auditoria zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras

da Central Sicoob São Paulo, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente, auditoria cooperativa e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê se baseiam nas informações recebidas da administração, dos auditores externos (auditoria independente e cooperativa), da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e em suas próprias análises.

Atividades do Comitê no Período

O Comitê de Auditoria, no

cumprimento das exigências legais e regulamentares reuniu-se 6 (seis) vezes no período de 1 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, objeto das atas de reuniões devidamente documentadas. Todas as reuniões contaram com a presença da maioria dos membros, assegurando o quórum mínimo previsto no regimento interno. Nas reuniões do Comitê foram abordados, em especial, assuntos relacionados à governança corporativa, auditoria interna, auditoria independente, auditoria cooperativa, controles internos, contabilidade e ouvidoria. O Comitê participou, ainda, de reuniões com o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Riscos.

1. Revisão das Demonstrações Financeiras Auditadas

Durante o período em questão, o Comitê de Auditoria revisou detalhadamente as demonstrações financeiras da Central Sicoob SP, relativas à data-base de 31.12.2025, auditadas pela Auditoria Independente, que abrange: o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras ou Perdas, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, além do Relatório da Administração.

A revisão focou na conformidade com os princípios contábeis aplicáveis, adequação das políticas contábeis, e a consistência das práticas contábeis adotadas.

O Comitê avalia que as demonstrações financeiras, com data base em 31 de dezembro de

2025, atendem adequadamente às normas e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, razão pela qual, ponderadas suas responsabilidades em face das limitações decorrentes de escopo de atuação, recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

1.1 Supervisão da Independência da MOORE e inexistência de conflito com a Administração da Central Sicoob-SP

Por todo o semestre, o Comitê acompanhou as situações que pudessem caracterizar conflito de interesse ou quebra da independência na realização dos trabalhos do auditor independente. Dessa forma, também nesse aspecto, a atuação da MOORE, como auditora independente da

Central Sicoob-SP, atende aos requisitos constantes da resolução CMN nº 4.910, de 2021.

No semestre, o Comitê não identificou qualquer situação que pudesse caracterizar conflito de interesse ou quebra de independência da MOORE em relação à Central Sicoob-SP ou em relação à sua Administração. Tampouco identificou qualquer divergência da Administração da Central Sicoob-SP em relação aos entendimentos e aos apontamentos da MOORE. Não identificou, qualquer situação que pudesse caracterizar divergência da MOORE com este Comitê.

2. Relatório de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e de Controles Internos

O Relatório de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e de Controles

Internos foi analisado quanto às estratégias adotadas para mitigação de riscos operacionais, de crédito e de mercado. Foram destacadas as medidas preventivas e corretivas implementadas para assegurar a sustentabilidade e segurança das operações da cooperativa.

3. Análise da Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria revisou os relatórios da Auditoria Interna, referente ao ano de 2025, avaliando a eficácia dos controles internos, a conformidade com políticas e regulamentos, bem como as recomendações para melhorias nos processos internos. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões do Comitê, não trouxeram a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Central Sicoob SP.

4. Auditoria Cooperativa

Foi realizada uma análise detalhada do escopo da Auditoria Cooperativa para o ano de 2026, a qual se encontra em andamento, com ênfase na governança corporativa, análise de conformidade com as normas e regulamentações internas, e revisão das práticas de gestão empresarial.

5. Controles Internos e Riscos

O Comitê avalia positivamente a atuação dos trabalhos realizados pela área de Controles Internos e Riscos. Os resultados da observância, regularmente apresentados ao Comitê pela área de Supervisão Auxiliar, não apresentaram a existência de riscos que possam afetar a solidez e a continuidade da Central Sicoob São Paulo.

6. Cumprimentos Regulatórios e Ética

Por meio da interação com a Administração e de relatório disponibilizados, o Comitê verificou o cumprimento das exigências legais e regulatórias aplicáveis, além de monitorar, por meio do reporte realizado pelas áreas do Sicoob SP, eventuais denúncias ou indícios de fraude ou não conformidade, não tendo sido nada constatado.

Ademais, foi amplamente discutido sobre a efetividade dos canais de denúncia e Código de Ética, concluindo por seu adequado funcionamento.

Conclusão

O Comitê de Auditoria da Central Sicoob SP conclui que, conforme mencionado nos itens precedentes, desempenhou as suas atividades em consonância às disposições da Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Nesse contexto, além de vários outros temas, este Comitê revisou as Demonstrações Financeiras auditadas, relativas à data-base de 31.12.2025, concluindo que elas refletem adequadamente a posição financeira e os resultados operacionais da Central Sicoob SP, não identificando qualquer deficiência ou fragilidade que

pudesse comprometer a sua qualidade e integridade, razão pela qual recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.


Orientações específicas foram feitas com base nas revisões conduzidas, visando o contínuo aprimoramento dos processos de governança corporativa e gestão de riscos.

Aprovação

Este relatório foi aprovado pelo Comitê de Auditoria da Central Sicoob SP nesta data.

Ribeirão Preto (SP), 11 de março de 2026


CARLOS ALBERTO CEZARIO
Carlos Alberto Cezario
Coordenador do Comitê de Auditoria


Antonio Cláudio Rodrigues
Antonio Cláudio Rodrigues
Membro do Comitê de Auditoria


Fabio Haenel Villela Rosa
Fabio Haenel Villela Rosa
Membro do Comitê de Audi

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob SP (“Cooperativa Central”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob SP em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade,

e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos

relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como

nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre

as demonstrações financeiras da Cooperativa Central.

Captações e aplicações

A Cooperativa Central realiza transações com as suas Cooperativas filiadas, como a prestação de serviço de aplicação centralizada de recursos por meio de captação e realização de aplicações para rentabilização e remuneração desses recursos. Em 31 de dezembro de 2025, destaca-se a captação de recursos com as Cooperativas filiadas através da centralização financeira, no montante de R\$ 17.523.776.656,16. Tais recursos são investidos em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, cujos montantes são de R\$ 11.818.341.561,65 e R\$ 6.261.914.121,63, respectivamente. Devido a relevância dessas operações

em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, consideramos as captações e aplicações como principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para as captações através da centralização financeira incluíram, entre outros, a verificação dos extratos de centralização e realização de procedimentos de confirmações externas com as Cooperativas singulares filiadas. Para as aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a verificação das informações divulgadas nos sistemas dos órgãos custodiantes da posição detida pela Cooperativa Central, a verificação

da correta valorização através da reprecificação com base em taxas e cotações divulgadas no mercado e procedimento de confirmação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação das captações e aplicações, consideramos que os critérios adotados pela administração para o registro contábil são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa Central é responsável por

essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa Central é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações

financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos

ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações

financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das

constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 20 de fevereiro de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



André Zerbetto Chinarello
Contador - CRC 1SP335254/O-8



Hélio Mazzi Junior
Contador - CRC 1SP189107/O-3

Sicoob SP Corretora de Seguros

194



Em 2025, a **Corretora Sicoob SP** manteve seu foco no fortalecimento do cooperativismo, priorizando a excelência no atendimento, a capacitação contínua e a inovação como pilares estratégicos da sua atuação.

Esse compromisso refletiu-se em números expressivos: foram 192.637 novos atendimentos realizados, com 793.141 interações registradas, demonstrando a robustez da operação e a proximidade constante com as Cooperativas e cooperados.

O **Conecta + Seguros**, em sua quarta edição, teve como tema "Atendimento que encanta – inspire-se, aprenda e cativete!", promovendo reflexões relevantes sobre a experiência do cooperado, a escuta ativa e a importância de soluções personalizadas, em linha com os altos volumes de atendimento realizados ao longo do ano.

Destacou-se a estruturação da Central de Acolhimento, com

atendimento **24 horas por dia, sete dias por semana**, que já atendeu diretamente mais de **1.000 cooperados**, ampliando o suporte e a agilidade no cuidado com os cooperados e contribuindo para a consistência da experiência entregue.

Como reflexo direto da qualidade do atendimento, a Corretora recebeu **18.807 avaliações**, alcançando um **Índice de Satisfação de 98%**,

indicador que reforça a confiança das Cooperativas, a eficiência dos processos e o engajamento das equipes na entrega de um atendimento humanizado e resolutivo.

A Corretora manteve presença ativa em eventos estratégicos do setor, como a Agrishow, o **16º Workshop do Produtor Rural** e o CQCS 2025, consolidando seu posicionamento como referência no mercado



47 Colégio do Conecta + Seguros.



16º Workshop do Produtor Rural.

segurador cooperativista e alinhada às principais tendências de inovação.

O investimento no desenvolvimento das pessoas permaneceu como prioridade, com a realização de treinamentos presenciais nas Cooperativas e capacitações on-line para as Singulares. O programa Integra Seguros contou com **11 edições, 258 participantes, 774 horas de capacitação e média de satisfação de 9,85**, enquanto os treinamentos de Seguros Gerais somaram **6 encontros, 515 participantes, 515 horas de capacitação e média de satisfação de 9,69**.

Em reconhecimento ao ambiente organizacional, a Corretora conquistou a certificação GPTW pelo terceiro ano consecutivo e celebrou seus cinco anos de atuação, reforçando sua trajetória de crescimento e consolidação.

O compromisso social esteve presente por meio da Ginca Cooperativista, que arrecadou mais de **3,3 toneladas**



Aniversário de 5 anos da Sicoob SP Corretora de Seguros.



Planejamento Estratégico para as Cooperativas Sicoob Credviva, Sicoob Nisso e Corretora de Seguros Sicoob SP.




de alimentos, além de ações voltadas à qualidade de vida dos colaboradores, como o Programa de Bem-Estar, com iniciativas como a Aula de Bike e a Sicoob Run.

Avançamos na expansão da Corretora, incluindo a ampliação de nossas instalações, o fortalecimento das parcerias com as principais seguradoras do mercado, as visitas de campo aos cooperados em conjunto com as Cooperativas e a realização

do Planejamento Estratégico para 2026/2027, consolidando diretrizes para o crescimento sustentável.

O ano de 2025 reafirmou nosso propósito de sermos mais do que uma corretora de seguros: somos agentes de transformação, comprometidos com a busca das melhores condições de seguros e com o apoio contínuo às Cooperativas, contribuindo para um futuro mais seguro, sustentável e cooperativo.



Demonstrações Financeiras da Sicoob SP Corretora de Seguros

Balancos patrimoniais | Em reais

SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

199

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	880.383	894.806
Aplicações de liquidez imediata	5	6.774.519	3.920.012
Impostos e contribuições a recuperar		2.459	2.763
Comissões a receber	6	838.111	738.629
Outros créditos		18.570	9.994
Despesas antecipadas	7	93.701	63.554
Total do ativo circulante		8.607.743	5.629.758
Não circulante			
Imobilizado	8	317.734	206.044
Total do ativo não circulante		317.734	206.044
Total do ativo		8.925.477	5.835.802
Passivo Circulante			
Credores diversos	9	196.124	140.273
Obrigações sociais, provisão de férias e encargos	10	1.036.430	693.808
Impostos e contribuições a recolher	11	1.983.629	2.061.451
Total do passivo circulante		3.216.183	2.895.532
Patrimônio líquido			
Capital social		100.000	100.000
Reserva de lucros		4.939.890	2.170.856
Outras Reservas		669.414	669.414
Total do patrimônio líquido	13	5.709.294	2.940.270
Total do passivo e patrimônio líquido		8.925.477	5.835.802

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado | Em reais

SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	67.309.279	66.988.718
Custo dos serviços vendidos	15	(91)	(1.003)
Lucro bruto		67.309.188	66.967.715
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	15	(169.348)	(64.179)
Despesas com pessoal	15	(7.059.297)	(5.253.069)
Despesas administrativas e gerais	15	(1.321.582)	(899.076)
Outras receitas operacionais		798	-
Total de (Despesas) receitas operacionais		(8.549.429)	(6.216.324)
Lucro antes do resultado financeiro		58.759.759	60.751.391
Receitas financeiras	16	739.593	269.849
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.499.352	61.021.240
Imposto de renda e contribuição social	16	(7.989.252)	(7.790.268)
Lucro líquido do exercício		51.510.100	53.230.972
Antecipação de dividendos		(48.741.076)	(51.332.130)
Lucro líquido após dividendos		2.769.024	1.898.842
Constituição Outras Reservas		-	(689.413)
Lucro à disposição da AGO		2.769.024	1.229.429

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes | Em reais

SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	51.510.100	53.230.972
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	51.510.100	53.230.972

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | Em reais

SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	Capital social	Reserva de lucros	Outras reservas	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.000	941.427	-	-	1.041.427
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.230.973	53.230.973
Distribuição de lucros	-	-	-	(51.332.130)	(51.332.130)
Retenção de lucros	-	1.229.429	-	(1.229.429)	-
Constituição de Reservas	-	-	669.414	(669.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	100.000	2.170.856	669.414	-	2.940.270
Lucro líquido do exercício	-	-	-	51.510.100	51.510.100
Distribuição de lucros	-	-	-	(48.741.076)	(48.741.076)
Retenção de lucros	-	2.769.024	-	(2.769.024)	0
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	100.000	4.939.880	669.414	-	5.709.294

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa | Em reais

SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.510.100	53.230.972
Ajustes:		
Depreciações	85.054	51.500
Redução (aumento) dos ativos:		
Aplicações financeiras	(2.854.507)	(1.262.890)
Impostos e contribuições a recuperar	304	(2.319)
Comissões a receber	(99.482)	(738.629)
Outros créditos	(8.576)	(6.609)
Despesas antecipadas	(30.147)	(12.364)
(Redução) aumento nos passivos:		
Cretores Diversos	55.851	73.880
Obrigações sociais, provisão de férias e encargos	342.622	206.182
Impostos e contribuições a recolher	(77.822)	456.418
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	48.923.397	51.996.141
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(196.744)	(58.007)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(196.744)	(58.007)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de dividendos	(48.741.076)	(51.332.130)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(48.741.076)	(51.332.130)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(14.423)	606.004
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	894.806	288.802
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	880.383	894.806
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(14.423)	606.004

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A SicoobSP Corretora de Seguros Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade empresária limitada, constituída pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e por mais 14 Cooperativas de Crédito filiadas à Central. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 23 de julho de 2020, através do registro sob nº 37.833.995/0001-81. Tem Sede e administração na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e tem por objetivo social, na condição de corretora de seguros a prestação de serviços de administração e corretagem de seguros em geral, nos ramos elementares de automóveis, incêndio, transporte e outros, corretagem de planos de previdência complementar, corretagem de planos de saúde, corretagem de seguro de vida, corretagem de seguro saúde e a prestação de serviços de administração e corretagem de seguros de planos previdenciários complementares à saúde. A prestação de serviços será destinada majoritariamente as instituições do setor cooperativo de crédito.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1). A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 27 de janeiro de 2026.

b) Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c) Moeda funcional e de apresentação

O Real é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, conforme as normas aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1), exige que a administração da Empresa faça julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A administração da Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3) Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis adotadas pela Empresa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros não derivativos como instrumentos financeiros básicos (custo amortizado), em conformidade com a política contábil da Empresa e por atender as condições da seção 11 da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos:

i) caixa e equivalentes de caixa e ii) aplicações financeiras.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores.

Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

A Empresa reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Possuem vencimento superior a noventa dias e administração não apresenta neste momento intenção em efetuar o resgate.

d) Imobilizado

• Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perda para redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil líquido do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

• Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

· Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação se inicia a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

Ativos financeiros classificados como custo amortizado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A administração da Empresa deve revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (impairment), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a administração da Empresa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando uma estimativa do valor possa ser feita com segurança. As provisões para riscos e contingências quando constituídas são registradas por valores atualizados, com base nas melhores estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Empresa.

g) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados pelo lucro presumido e são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, às alíquotas de 15% acrescida de alíquota adicional de 10% para o imposto de renda e à alíquota de 9% para a contribuição social sobre a base presumida.

Os impostos correntes são reconhecidos no resultado.

h) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com suficiente segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados

por provisão para perdas quando necessário para o reconhecimento do valor de realização.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são sempre registradas como exigíveis.

j) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. As principais receitas da Empresa são provenientes de comissões sobre a venda de seguros, nas seguintes modalidades: veículos, residencial, vida, responsabilidade civil, patrimonial, entre outros.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de comissões são reconhecidas quando, ou à medida que, a entidade satisfizer sua obrigação de desempenho, ao prestar o serviço prometido ao cliente, que estão condicionadas à emissão das apólices pelas seguradoras. Ou seja, uma vez emitido a apólice, as seguradoras repassam as comissões para a Empresa. Quando o contratante da apólice de seguros deixa de efetuar o pagamento do prêmio à seguradora, a seguradora deixa de repassar à Empresa a comissão atrelada as parcelas inadimplentes, ou ainda, efetuar o desconto nas próximas comissões.

Em caso de cancelamento das apólices antes do encerramento da vigência, as seguradoras deduzem das comissões a repassar as comissões (proporcionais ao período cancelado) já pagas referentes a esta apólice, respeitadas as condições contratuais.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Rendimentos sobre aplicação financeira;
- Juros recebidos;
- despesas bancárias; e
- outras despesas financeiras.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

l) Capital social

As quotas do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Bancos conta movimento	880.383	894.806

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa.

5 Aplicações financeiras

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras	6.774.519	3.920.012

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários no Banco Sicoob, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a administração não apresenta intenção em resgatá-los. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira (R\$ 739.593 em 2025 e R\$ 269.849 em 2024).

6 Comissões a receber

Descrição	2025	2024
Comissões a receber	838.111	738.629
TOTAL	838.111	738.629

Registram-se no grupo, as comissões a receber decorrentes da prestação de serviço de corretagem às seguradoras.

7 Despesas antecipadas

Descrição	2025	2024
Seguros	19.012	18.824
Licença de Software	74.689	44.730
TOTAL	93.701	63.554

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros e licenças de software, apropriadas no período de vigência do contrato.

8 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	2025		2024	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	2025	2024
Móveis e Equipamentos	10%	135.432	(19.860)	115.572	68.013
Sistema de processamento de dados	20%	369.131	(166.969)	202.162	138.031
TOTAL		504.563	(186.829)	317.734	206.044

Não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

9 Credores diversos

Descrição	2025	2024
Fornecedores a pagar	105.113	53.565
Plano de Saúde	62.241	46.979
Outros	5.020	21.699
Aluguel	12.140	11.886
Condomínio	11.610	6.144
TOTAL	196.124	140.273

10 Obrigações sociais, provisão de férias e encargos

Descrição	2025	2024
Obrigações sociais:		
Salários e benefícios	472.572	260.837
IRRF	42.192	33.591
INSS	82.600	74.008
FGTS	30.093	24.012
Provisão de férias e encargos:		
Provisão de férias	306.114	225.083
INSS sobre férias	78.467	58.301
FGTS sobre férias	24.392	17.976
TOTAL	1.036.430	693.808

11 Impostos e contribuições a recolher

Descrição	2025	2024
IRPJ	1.143.451	1.203.940
CSLL	528.483	533.200
PIS	35.554	37.007
COFINS	164.094	170.801
ISS	110.610	114.922
IRRF	86	131
PIS/COFINS/CSLL	830	808
INSS	521	642
TOTAL	1.983.629	2.061.451

Os impostos e as contribuições apuradas e recolhidos pela Empresa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

12 Passivos contingentes

Durante o curso normal de seus negócios, a Empresa fica exposta a contingências e riscos relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em opiniões ou pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025, a assessoria jurídica da Empresa informou a existência de processos classificados como perda possível no montante de R\$ 21.618, não existiam processos que indicam perda provável.

13 Patrimônio líquido

a) Capital social

Composto por 100.000 quotas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas e distribuídas entre os cotistas.

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros, no montante de R\$ 4.939.880 (R\$ 2.170.856 em 2024), fica à disposição para futuras destinações, conforme Contrato Social, legislação pertinente e deliberação dos cotistas. Em 2025 foram distribuídos lucros nos montantes de R\$ 48.741.076 (Nota 17).

14 Receita operacional líquida

Descrição	2025	2024
Receita de comissões de seguros	69.822.612	69.887.724
Receita de comissões de capitalização	900.020	399.030
Receita com prestação de serviços (Nota 17)	617.356	692.280
Receita operacional bruta	71.339.988	70.979.034
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes sobre comissões e serviços	(4.030.709)	(4.010.316)
Receita operacional líquida	67.309.279	66.968.718

15 Custos e despesas por natureza

Descrição	2025	2024
Custo dos serviços vendidos (Nota 17)	(91)	(1.003)
Despesas comerciais	(169.348)	(64.179)
Despesas de pessoal - benefícios	(2.268.602)	(1.671.196)
Despesas de pessoal - proventos	(3.672.871)	(2.739.877)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(1.084.446)	(826.241)
Despesas de pessoal - treinamento	(33.378)	(15.755)
Despesas de material	(81.805)	(58.063)
Despesas de serviços de terceiros	(332.695)	(204.255)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(29.444)	(14.111)
Despesas com veículos	(19.385)	(4.655)
Despesas de viagens	(16.728)	(28.541)
Despesas de depreciação	(85.054)	(51.501)
Despesa de água/energia/gás	(39.392)	(35.265)
Despesa de comunicação	(65.797)	(57.944)
Outras despesas administrativas	(348.804)	(213.917)
Despesas de aluguel	(195.648)	(151.931)
Despesas de condomínio	(106.122)	(76.627)
Despesas tributárias	(707)	(2.075)
Despesas financeiras	(1)	(191)
TOTAL	(8.550.318)	(6.217.327)

16 Imposto de renda e contribuição social correntes

Em 2022, a Empresa optou pelo Lucro Presumido como regime de tributação do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Até o exercício de 2021 o regime de tributação era pelo Lucro Real.

• Lucro Presumido

Descrição	2025	2024
Receita de serviços prestados	71.339.988	70.979.034
(x) Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo presumida	22.828.796	22.713.291
Receitas de aplicações financeiras	739.593	269.849
Demais receitas e ganho de capital	-	-
Base de cálculo	23.568.389	22.983.140
Imposto de renda – 15%	(3.535.258)	(3.447.471)
Adicional de imposto de renda – 10%	(2.332.839)	(2.274.314)
Imposto de renda	(5.868.097)	(5.721.785)
Contribuição social – 9%	(2.121.155)	(2.068.483)
Total de imposto de renda e contribuição social	(7.989.252)	(7.790.268)

17 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Descrição	2025	2024
Transações:		
Receita com prestação de serviços (Nota 14)	617.356	692.280
Custo dos serviços vendidos (Nota 15)	(91)	(1.004)
Distribuição de lucros (Nota 13.b)	(48.741.076)	(51.332.130)
TOTAL	(48.123.811)	(50.640.854)

A Empresa é parte integrante do Sistema Sicoob São Paulo, seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo.

18 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades no ativo, e fornecedores, no passivo. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

19 Seguros contratados

A Empresa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SicoobSP Corretora de Seguros Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira

da SicoobSP Corretora de Seguros Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação

à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o

encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada

por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que

existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações

e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a

respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles

internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 13 de março de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



André Zerbeto Chinarello
Contador - CRC 1SP335254/O-8

Nossas Cooperativas filiadas




 **SICOOB PRO**



 **SICOOB NOSSO**



 **SICOOB CREDITRUS**

 **SICOOB CREDIMOTA**



 **SICOOB COOPLIVRE**



 **SICOOB CREDIGUAÇU**





 **SICOOB CREDICOAPEC**



 **SICOOB CREDICERIPA**



 **SICOOB COOCELIVRE**



 **SICOOB COCRE**

 **SICOOB CREDIVALE**



 **SICOOB COCRED**



 **SICOOB COOPCRED**



 **SICOOB CREDLÍDER**





Conselho de Administração



Marcelo Martins
Presidente do Conselho
de Administração



Ciro Mendes Citta
Conselheiro Vogal



Carlos Alberto Cezário
Conselheiro Vogal



Antônio Carlos de Mello
Conselheiro Vogal



Fábio H. Villela Rosa
Conselheiro Vogal



Carlos Yoshiyuki Sato
Conselheiro Vogal



Antônio Cláudio Rodrigues
Conselheiro Vogal



Jacob Tosello Junior
Conselheiro Vogal



Osvaldo Pereira Caproni
Conselheiro Vogal



Arlindo Battaglin Júnior
Conselheiro Vogal



**Nivaldo J. Camillo de
Oliveira**
Conselheiro Vogal



Diretoria Executiva



Rodrigo M. Silva de Moraes
Diretor Executivo



Jorge Lopes Santos
Diretor de Supervisão e Riscos



Thiago Milson de Alvarenga Araújo
Diretor Administrativo Financeiro

Sicoob Central São Paulo

Av. Prof. João Fiúsa, 2604 | Jardim Canada | Ribeirão Preto/SP

CEP 14024-260 | (16) 3456-7401

sicoob.com.br/web/sicoobcentralsp